

ACTA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

16.^a

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e três elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco José Albuquerque Guimarães em substituição de Francisco Joaquim Lopes, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana da Conceição Marcelo Meirinho Mendes, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Alcino Augusto Machado em substituição de Carlos Manuel Lourenço Luís, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira dos Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. ---

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Alfredo Justino Ribeiro, Albino João Cordeiro Rodrigues, José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, António Joaquim Valença, Presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, Francisco dos Santos Neto, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Belarmino Silvestre Pinto, Presidente da

Junta de Freguesia de Urrós. -----
-----Não apresentou justificação o Deputado Municipal Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----**1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;*** -----

-----**1.2 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão Extraordinária de 1 de Junho de 2008.*** -----

-----**1.3 *Informação da correspondência recebida e expedida;*** -----

-----**1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município,*** -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----**2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----

-----**2.2 *Análise e deliberação sobre “AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – EXERCÍCIO DE 2009”***-----

-----**2.3 *Análise e deliberação sobre “ ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2009”*** -----

-----**2.4 *Análise e deliberação sobre “ Regulamento do Conselho Municipal de Segurança”***-----

-----**2.5 *Outros Assuntos.*** -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e disse: “ todavia, como estamos a viver uma Quadra Natalícia muito próxima, quero à semelhança do que já fiz desejar um Feliz Natal, um Ano mais promissor, cheio de realizações pessoais e profissionais para vós todos e para a vossa família. -----

-----Atendendo a que hoje temos uma Assembleia mais humanizada, peço desculpa por terem que ficar de pé, porque não temos outras condições, por enquanto, não podia permitir que se sentassem, porque temos votações e eram confundíveis. O espaço, temo-lo dividido desta forma, ocupado pelas forças políticas representativas na Assembleia Municipal, daí não terem grandes condições. Todavia se quiserem permanecer, terá que ser assim, peço desculpa. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da décima quinta Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e nove do mês de Setembro do corrente ano, declarando, de seguida, abertas as inscrições para uso da palavra. Não havendo intervenções vamos pô-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, três (3) abstenções e trinta e oito (38) votos a favor. -----

Vamos passar ao ponto 1.2-----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão Extraordinária de 1 de Junho de 2008.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da terceira Sessão Extraordinária, realizada no dia um de Junho do corrente ano, declarando, de seguida, abertas as inscrições para uso da palavra. Não havendo intervenções vamos pô-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e quarenta (40) votos a favor. -----

-----1. 3 *Informação da correspondência recebida e expedida.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço e não tendo havido inscrições para o uso da palavra o Presidente da Assembleia disse: “vamos passar ao ponto 1.4 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----Entretanto chegou à mesa uma Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que passo de imediato a ler: -----

-----Moção «“Bragança: único ponto do País sem auto-estrada”. “O Distrito de Bragança é o único Distrito do País que, até agora, não possui um Kilómetro de auto-estrada”. Expressões como as transcritas ameaçavam, de tão repetidas, transformar-se em slogans. Contudo, em breve farão parte da história de Portugal. -----

-----Com efeito no passado dia 10 de Dezembro, o Primeiro-ministro José Sócrates, acompanhado do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidia, em Bragança, à assinatura do contrato de concessão da Auto-estrada Transmontana (AET) que ligará

Bragança a Vila Real, representando um esforço financeiro de 800 milhões de euros. Já antes, a 25 de Novembro, em Vila Flor, ao presidir à cerimónia de assinatura do “Contrato da Concessão da Douro Interior”, num investimento global de 826 milhões de euros, o Primeiro-ministro havia garantido que as duas vias de comunicação mais ambiciosas pelas populações da região transmontana, o IP2 e o IC5, seriam, finalmente, uma realidade. -----

-----Quando muitos não acreditavam que tal fosse possível e outros, escudados no contexto de crise financeira global, reclamavam o desinvestimento em obras públicas, o actual Governo garante que dentro de três anos Trás-os-Montes terá as estradas que reclama há décadas. Tal só é possível graças à “teimosia”, persistência e sentido de justiça do Governo e do Primeiro-ministro de Portugal, que se deslocou ao Distrito de Bragança para, “olhos nos olhos”, garantir aos Transmontanos a construção, em simultâneo, daquilo que designou como as “Estradas da Justiça” e cuja conclusão se prevê para finais de 2011. -----

-----Se a construção da AET se revela fundamental para o desenvolvimento da Região Transmontana e do País, o IP2 e o IC5 são vias fulcrais para “desencravar” e aproximar os Concelhos Transmontanos em geral, e Mogadouro em particular, do resto do País, podendo constituir importante alavanca para a economia e desenvolvimento regional e local e melhor qualidade de vida das populações. -----

-----Através desta Moção, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Município de Mogadouro e os Mogadourenses, representados pela sua Assembleia Municipal, manifestam ao Governo e Primeiro-ministro de Portugal, não o sentimento de gratidão, mas o seu reconhecimento e regozijo por, finalmente, o País se preparar para “saldar a dívida” que há muito tinha para com o Nordeste Transmontano. -----

-----A construção da AET, do IP2 e IC5 são, efectivamente, uma questão de justiça, de solidariedade e de coesão territorial. -----

-----Mogadouro, 23 de Dezembro de 2008-----

-----Grupo parlamentar do Partido Socialista e um conjunto de assinaturas». -----

-----Como se trata de uma Moção, sobre este assunto, alguém quer fazer alguma intervenção?” -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ se bem percebi, essa Moção, com a qual não discordo totalmente, visa acima de tudo dar um elogio, ou um voto já de agradecimento a priori ao Governo por uma obra que nos vem sendo..., ou por várias obras que nos vêm sendo anunciadas há décadas. Não discordo totalmente da Moção, nem da forma como é apresentada, mas parece-me, de certa forma, extemporânea, acho que por

uma questão de prudência se devia esperar mais algum tempo, porque aquilo a que temos assistido até hoje em relação a essas obras tem sido mera propaganda; é nos jornais, são panfletos publicados, temos sido completamente bombardeados por uma propaganda em massa que deve custar largos milhares de euros ao erário público, que se calhar seriam mais bem empregues na obra efectiva. Se realmente essa Moção já fosse durante o decorrer das obras, porque aquilo a que temos assistido, e completando o que dizia anteriormente é um pouco mais do mesmo com que fomos bombardeados durante os Governos de Guterres, veio uma série de vezes a Bragança dizer que vinha pôr Bragança no mapa e passaram-se as governações e tudo continuou precisamente na mesma. Esperemos que não seja assim para bem de todos, muito honestamente esperemos que agora não seja assim, e temos fé que não seja, acho que não vai ser, mas de qualquer forma parece-me extemporânea. Eu não votarei favoravelmente a essa Moção”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “sobre o teor desta Moção, concordo com a redacção, mas também concordo com muitas das palavras que aqui disse o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, na verdade se peca com algum defeito, é com o defeito grave de vir com alguns anos de atraso. Já vem prometido há muitos anos, que me recorde, a expressão do Engenheiro Guterres, nosso Primeiro-ministro, em tempos foi: «pôr Bragança no mapa», as expressões dos outros que seguiram Durão Barroso e Santana Lopes, não sei quais foram porque não me recorde quais seriam as expressões, mas foi tudo no mesmo sentido, isto é fazer com que isto andasse para a frente, portanto pelo menos há dez anos, isto é: tendo passado por São Bento já diversos Primeiros-ministros dos dois partidos maioritários no País, é uma pena que só agora seja concretizada, mas vale mais tarde do que nunca, por isso a Moção que contém termos correctos, não é louvaminheira, é simplesmente agradecida pela justeza, e pela justiça que é feita, terá o meu voto de apoio. Como terá o meu voto de apoio, a minha concordância, qualquer Moção que nos meses que o Grupo Parlamentar do PSD entender ir propondo à medida que se vai fazendo um km de auto-estrada, quando ela estiver lançada, um km de auto-estrada, eu aprovarei, mais dois metros, eu aprovarei todas essas Moções”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ venho a esta tribuna para fazer um pouco a defesa da nossa Moção, é evidente. Não precisa ser muito defendida porque não se tratando dum voto de gratidão, está lá bem explícito é apenas um sentimento de reconhecimento, que é diferente. Não estamos a agradecer nada, que nós não temos nada que agradecer a ninguém. -----

-----Gostaria de tecer algumas considerações sobre as palavras do meu colega de bancada do PSD, pelos vistos, e a Moção fazia referência a isso, a

dois grupos de pessoas, aos cépticos (àqueles que não acreditavam que fosse possível), e àqueles que mesmo acreditando preferiam que as obras não se realizassem, reclamando dos investimentos públicos. O Governo não foi por esse caminho. O que se passa com o colega da bancada do PSD é que ele está ainda no primeiro grupo, dos cépticos, mesmo depois de as obras estarem assinadas, garantidas, preto no branco, os contratos estão assinados, já não se trata de duvidar do que quer que seja, as obras, elas estão aí. Portanto se decidirem não votar favoravelmente a Moção, é legítimo, como qualquer interpretação é legítima, como legítimo será tirar daí as ilações e as conclusões políticas que eu deva tirar, possivelmente estão mais interessados em que as obras de facto não se fizessem, ou seja, quanto pior melhor, porque assim poderiam tirar dividendos políticos da má governação, mas como as obras vão ser feitas, só têm que de facto, e é o vosso dever, aprovar a Moção, não se trata aqui de agradecer nada, trata-se de constatar um facto, que é passadas décadas elas aí estão. Portanto termino dizendo, que de facto o voto é legítimo, seja o voto contra, seja a abstenção, seja o que for, mas qualquer que seja o sentido de voto, também é legítimo, eu tirar, nós tirarmos, os Mogadorenses tirarem essas conclusões, ou essas ilações políticas de que vocês não pretendem o desenvolvimento da região, não pretendem o desenvolvimento local, não pretendem o desenvolvimento do Concelho”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “muito rapidamente responder ao Deputado Tibério. O que deduzo das suas palavras e transportando isto para um enquadramento Municipal do nosso Concelho e daquilo que tem sido o funcionamento desta Assembleia só posso deduzir que a postura que vocês têm tido, bancada do PS, nesta Assembleia também tem sido, quanto pior melhor”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ vamos ser mais racionalistas e vamos pôr a Moção à votação. Penso que foi lida, foi compreendida, bem compreendida, penso eu, em democracia felizmente podemos concordar ou discordar dos bons ou dos maus actos, no fim teremos que ver se são efectivamente bons, ou maus actos. Quem vota contra a Moção faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, treze (13) abstenções e trinta (30) votos a favor. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ finda a votação da Moção, solicitamos que se dê conhecimento ao Governo”. -----

-----1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município:* -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “na minha função de fiscalizador da actividade do Município vou falar da actividade relatada nas actas das três sessões de Setembro porque não me chegaram as actas das reuniões do Executivo dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro. São só dois ou três comentários muito rápidos, há uma questão que eu não entendo na acta de 30 de Setembro, fala-se numa informação sobre *um pedido para abastecimento em bombas diversas para os veículos da Câmara dado que o fornecedor habitual Cooperativa Agrícola Sabodouro encerra ao Sábado e ao Domingo*, e depois isto termina assim: *analizando o assunto, o Executivo deliberou por unanimidade, não aprovar a proposta*. Não havia aqui nenhuma proposta, era uma informação, não se percebe bem o sentido disso, mas também não é relevante é uma questão de ter mais um bocadinho de cuidado. -----

-----Quanto à acta da reunião de 2 de Setembro levantam-se-me duas dúvidas, *fornecimento (aluguer) e instalação de equipamento de teleassistência domiciliária – programa de vigilância a idosos*. Gostaria de obter da parte do Executivo informação sobre isto, de facto é um assunto que me preocupa um bocado, na medida em que estou já nessa fase, estou a precisar de ser vigiado, de maneira que esse assunto interessa-me. -----

-----Um outro assunto também da mesma reunião foi *apoio a famílias carenciadas - conforto habitacional para idosos. Informação do oficial público*. Foi deliberado por maioria com uma abstenção do Vereador António Pimentel, aprovar a minuta do contrato referente ao concurso limitado “*apoio a famílias carenciadas – conforto habitacional para idosos*”. Também gostava de ter alguma informação sobre isto. -----

-----Quanto a outras actividades do Município queria congratular-me com a actuação do Município na colaboração que deu, julgo eu, ou no trabalho que teve, ou no impulso que deu para a instalação em Mogadouro da Clínica de Hemodiálise. É facto que se trata de um investimento privado com fins lucrativos, mas o que é facto é que se traduziu num bem imenso para a nossa terra, para o nosso Concelho, não só por proporcionar cuidados de saúde a pessoas residentes como por atrair e trazer cá gente de outros Concelhos limítrofes, o que sempre dá algum movimento e poder-se-á traduzir nalgumas vantagens de ordem material para a nossa terra. Por isso quero congratular-me e felicitar o Executivo Municipal pelo apoio que deu a esta instalação, desejar que o faça sempre que necessário, quer a Instituições Privadas, quer a Instituições de Solidariedade Social, porque é fundamental que sejam apoiadas as Instituições de Solidariedade Social sediadas na nossa terra e que tenha uma actuação conducente à melhoria das condições de vida das nossas populações, é por isso que aqui deixo os meus votos, estamos na quadra de Natal, é por isso que eu faço aqui os meus votos que haja da parte do Município um empenho global e unânime no sentido de apoiar estas Instituições nas iniciativas que devam tomar. Já

agora quanto à Clínica de Hemodiálise eu gostaria de ver facilitada a entrada e saída de utentes e ambulâncias e por isso sugeria, que se possível, fosse feita uma abertura no meio do passeio para evitar que quando se queiram dirigir para Mogadouro tenham que tomar o sentido de Vale da Madre e depois dar a volta, isto se não houver qualquer impedimento por parte da Comissão de Trânsito, acho que foi aqui aprovado um regulamento de trânsito, mas se não há comissão para o aplicar não tem grande interesse. -----Como última nota, porque estamos no fim do ano civil, mais uma vez se gorou a minha esperança que durante este ano fosse implementada legislação autárquica que viesse a permitir melhor funcionamento destas Assembleias, acréscimo dos poderes dos membros da Assembleia Municipal, isso por virtude da actuação do partido do Governo e do partido maioritário da oposição, o que é certo é que por vontade desses dois partidos não há alteração da legislação autárquica, mormente no que diz respeito ao aumento dos poderes destas Assembleias e no que diz respeito à admissibilidade de candidaturas de independentes, quer à Assembleia da República, quer às autarquias, às autarquias já é permitido, só que com tais dificuldades, basta dizer, para não ir muito mais longe nisto, que é mais fácil implementar, criar um partido político, do que arranjar assinaturas em certos Municípios para promover candidaturas de independentes, portanto por aí se vê que embora haja possibilidade de o fazer as dificuldades de ordem prática são de tal montante que desanimam qualquer cristão de tentar fazer uma lista independente. Portanto goradas que estão estas expectativas de melhorar a actividade da Assembleia Municipal, porque não vai haver Lei nos próximos tempos, desejar que nós no próximo ano trabalhemos com o afinco com que temos trabalhado tendo uma atitude crítica dos actos do Executivo, apoiando quando deve ser apoiado e apoiando-o com críticas correctas quando não deve ser apoiado pela actuação que teve, e deixar de por vezes termos atitudes como aqui tivemos de à pressão aprovarmos determinadas propostas feitas por o Executivo, eu recordo-me que duas das propostas que aqui foram aprovadas à pressão, desculpem-me a expressão «saíram goradas», estou-me a referi concretamente a um esquema de habitação social e estou-me a referir aqui também à atitude do Executivo Camarário perante a empresa Águas de Portugal, foram aqui aprovadas à pressa, foram aqui ditas meia dúzia de coisas sem algum sentido, e muitas delas sem fundamentação, utilizou-se até uma expressão que era esta, que o Senhor Presidente da Câmara até gostou muito: «que as cadelas apressadas parem cachorros cegos», mas neste caso os cachorros nem saíram cegos, nem saíram a ver bem, não saíram, neste caso melhor teria ter sido dita uma outra expressão, um outro adágio muito nosso que se pode aplicar a cada uma dessas decisões que é este: «a vaca do pobre em vez de parir amove», foi o que aconteceu desta vez”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “começo por pedir desculpa a todos pelo facto de voltar a esta tribuna com um assunto que é recorrente, e que não gostava de transformar num assunto pessoal, porque de facto é um assunto colectivo, e portanto não gostaria que ele fosse entendido como nenhum *cavalo de batalha*, nem tão pouco como nenhuma intriga política ou partidária, não é nada disso. Começaria por dizer que nós enquanto Assembleia, enquanto órgão somos os legítimos representantes dos Mogadorenses, e nesse sentido espera-se de nós, os Mogadorenses esperam de nós que trabalhemos, que os representemos, que sejamos o “*veículo de transmissão*”, dos seus anseios, das suas ansiedades, dos seus problemas, das suas preocupações, ou seja, pedem-nos que desempenhemos o nosso papel, e isso só é possível se a Assembleia, ou se nós próprios fizermos um esforço para criar condições mínimas de trabalho, um pouco na sequência daquilo que o colega Ilídio Martins aqui referia há bocadinho, é isso que me preocupa, é as condições de trabalho que a Assembleia não tem, não nos são proporcionadas, não é o espaço, não é isso que está em causa, o que está em causa é o tempo, e dado que nós não somos um órgão profissional, é o tempo que não temos para apreciar, por vezes, documentação importantíssima, estamos hoje numa sessão de Assembleia que coincide com a discussão do Plano Plurianual de Actividades e Orçamento da Câmara num período importante que é o início do Quadro Comunitário. Pois bem, era a oportunidade para nós termos uma reflexão, uma discussão correcta, coerente, que víssemos, que olhássemos para o futuro, que ajudássemos o Município a perspectivar essas orientações. Repito isto não é um problema pessoal, nem é de intriga, não é com um, com dois, com três, com quatro dias de antecedência que nós conseguimos ler a papelada, só para dizer que eu nem sequer recebi, eu não recebi nada, eu hoje faria figura de corpo presente, mas repito, o problema não é pessoal, é de todos nós que temos que zelar para ter condições de trabalho. Portanto pedia, solicitava à Assembleia, à Mesa da Assembleia que agilizasse procedimentos para que nós tenhamos, de facto essas condições para podermos discutir, para podermos apresentar, para podermos olhar para as folhas, para os documentos, para os relatórios, para o plano de actividades, para os números, para o orçamento com algum tempo, porque requer algum tempo. Sinceramente não temos esse tempo”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ eu naturalmente que lhe vou responder à sua questão porque aquilo que o Senhor Deputado acabou de referir não tem qualquer essência de verdade, a culpa não sei de quem é, naturalmente se perguntar aos seus pares quando receberam a documentação, cumprimos integralmente o que nos é exigido, acredito que o Senhor Deputado como mora em Vila Real, às vezes por motivos de correio e nesta altura do ano que demore algum tempo para chegar à sua casa, mas pense que aquilo que, fazemos consigo, fazemos

com todos. A Lei exige-nos, nestes documentos do plano e do orçamento exige-nos 48 horas, nós mandámos com oito dias de antecedência, como temos feito até aqui, naturalmente que não podemos mandar um carro directamente a Vila Real a levar o suporte documental, como fazemos no Concelho. É esta a informação que temos e temos o registo de quando lhe foi enviado, que a nossa secretária da Assembleia poderá, efectivamente, se o Senhor assim o entender, vai lá e vê quando é que saiu a documentação, mais nada não lhe posso dizer, agora de quiser acertar outra metodologia mais apropriada nós estamos inteiramente ao dispor”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ eu repito, para mim até é muito cómodo, se nada receber, nada faço, nada leio, pouco trabalho e sento-me aqui. Eu disse: um dia, dois dias, três dias ..., a Lei é a Lei e diz que cumpre a Lei, eu só estou a pedir um esforço de ir mais além da Lei, de nós próprios Assembleia olharmos para as nossas condições e querermos fazer melhor, é só isso que estou a pedir, não estou a dizer que não cumprem a Lei, ou que a Lei não é cumprida. Quanto ao eu não receber, eu tenho endereço de email, mas nem por isso eu recebi, não recebi, nem papel, nem por email, nem em CD”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ no final da reunião vamos lá em cima ao gabinete e vê-mos as datas de expedição. Se não recebeu tem o direito de se queixar, mas eu também tenho o direito de me defender, porque enviámos e temos os comprovativos”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “ será a última vez que eu vou falar nisto, quando se fizeram os levantamentos para a Carta Educativa foi detectado 20% de analfabetismo no Concelho. Na Carta Educativa falava na implementação aqui no Concelho do ensino Técnico-profissional, que já sabemos que perdemos a hipótese de o ter, até porque o Senhor Presidente já me respondeu um dia aqui nesta Assembleia, que teriam pedido o parecer à escola, ao Executivo da Escola e esse parecer teria vindo desfavorável. Com todo o respeito que eu tenho pela sua palavra permita-me que duvide porque não me parece que houvesse um Professor que dissesse que não seria muito necessário esse ensino aqui no Concelho, serviria todo o Planalto Mirandês e seria uma mais-valia para o Concelho, muito mais do que os CET's que conseguiram trazer, que servem apenas uma minoria de pessoas. A propósito do analfabetismo, fiquei satisfeita há uns tempos quando soube que havia aqui cursos de alfabetização de adultos a funcionar, inclusivamente há um na minha aldeia, mas fiquei desencantada quando soube que era o Concelho de Miranda do Douro que estava a ministrá-los, o que me leva a concluir que se perdeu mais uma hipótese de criar aqui um Centro das Novas Oportunidades, que também seria muito bom, gostava que alguém dissesse como é que isso foi. Têm que vir outros Concelhos a ministrar esses cursos e o nosso Município não fez nada para criar esse Centro. Isto leva a crer que no Município faz falta, e era

imprescindível, se calhar, um gabinete, ou um núcleo de apoio à educação, que não deixasse passar estas coisas de muita importância para o Concelho. Com esse centro, para além da alfabetização que são os objectivos dele, com ele também se perderam lugares como por exemplo um Director, um Coordenador, um Psicólogo e não sei qual é mais o funcionamento, mas houve esses lugares que se perderam, gostava portanto que o Município respondesse a isto. E agora só queria fazer aqui a pergunta, talvez ao Senhor Presidente da Assembleia a propósito de uma solicitação do Académico que veio na correspondência e não faz parte da ordem de trabalhos da Assembleia, (*O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que não tem nada que constar*) então se não tem nada que constar, também não teria que vir aqui, penso eu, o fundamento é o pedido de ajuda, (*O Senhor Presidente da Assembleia disse ainda que isso foi tratado no órgão próprio*) ai foi?”-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ desejo a todos um Bom Natal e um Ano Próspero e que entre as imensas dificuldades que se apresentam à nossa sociedade, e nós Mogadourenses fazemos parte dessa sociedade, uma crise de confiança, uma crise de bem-estar, uma crise de tudo aquilo que representa o bem-estar psicológico dos cidadãos, nomeadamente também a parte económica, desejo que todos os anseios que desejem se concretizem, essencialmente os que estão relacionados com a saúde. Desejo a todos, portanto, um ano cheio de saúde, porque com saúde todos, creio, são capazes de trabalhar para sobreviver em boas condições. --

-----Queria responder ao Deputado Senhor Ilídio Martins, naquilo que diz respeito à Teleassistência e na Assistência à Terceira Idade o Doutor João Henriques responderá. -----

-----No elogio que nos dá da Hemodiálise aceito-o e congratulo-me com ele, e queria fazer apenas uma pequena referência à sua intervenção no capítulo social, dizendo que é muito importante uma coisa que aqui referiu, é o apoio a outras Instituições Sociais, nós entendemos que tendo 25 a 28% de idosos no nosso Concelho devemos fundamentalmente orientar o nosso Plano Plurianual de Investimentos, orientar as nossas intenções no sentido de apoiar a parte social da nossa sociedade do Concelho de Mogadouro. Isto está em nossa mente fazê-lo, como aliás já o temos feito, no final de contas acabamos por dar, por ter dado por exemplo à Misericórdia € 25 000 no ano transacto, para este ano faremos a mesma coisa, e faremos outras coisas mais importantes do que isso, que é o apoio à criação de novas instituições nomeadamente ligadas à protecção da velhice. Vamos fazer da Misericórdia o nosso ponto, o nosso objectivo da parte social de Mogadouro, já que a Misericórdia é a instituição que por natureza deve abraçar todos esses problemas, a orientação económica da Câmara vai precisamente no sentido social através da Misericórdia. -----

-----Abertura na recta, quando se fez a inauguração do Centro de Diálise

já se falou nisso, o próprio Nunes Azevedo falou nisso, e portanto será de toda a comodidade avaliar uma situação desta natureza. As críticas devem ser de facto correctas, devem ser correctas, e quando correctas com certeza que são justas, e as críticas justas são sempre bem recebidas, normalmente quando se critica, e este Executivo tem essa particularidade, aceita todas as críticas que lhe possam ser dadas, evidentemente que tem que as estudar e tem que ver se elas correspondem de facto aos nossos desígnios e à nossa programação. -----

-----Quanto à Habitação Social, bem foi azar do Município porque o local onde ia ser implantada essa Habitação Social a preços controlados estava precisamente numa propriedade onde eu tinha parte, e quando se começou a levantar uma espécie de burburinho que eu queria vender aquela propriedade, eu disse: acabou, já não vendo, enquanto eu for Presidente da Câmara não vendo, só que o que aconteceu foi o seguinte: é que aquela propriedade que ia ser paga a 8.500 escudos o metro, depois não houve em Mogadouro ninguém que vendesse uma propriedade a esse preço, e então o promotor que tinha feito as suas contas àquele preço entendeu que não podia fazer a Habitação a preços controlados pelo preço que lhe pediam pelos terrenos, e está assim. Portanto não haverá Habitação a preços controlados, haverá sim e está a haver um plano de alteração do bairro chamado do IGAT, vamos alterar a filosofia que tínhamos relativamente a ele que era arrasar e fazer um novo empreendimento ali, bem estamos a estudar uma reformulação do nosso próprio programa para essa circunstância. -----

-----Quanto às Águas de Portugal a gente vai andando conforme nos dizem, nós quando tomamos aqui resoluções, sejam elas à pressão, resultem elas no aborto ou de ceguinhos, não há dúvida nenhuma que não possamos esperar por aquilo que nos dizem, e estamos a esperar, e esperemos que isso dê bom resultado, se der mau resultado penitenciar-me-ei, se não der mau resultado vangloriar-me-ei. -----

-----Quanto à Deputada Antónia Cardoso devo dizer que Mogadouro ter 20% de analfabetos, isto não é um problema propriamente da Câmara, isto é um problema que a Câmara lamenta profundamente, se puder fazer alguma coisa indique-nos aquilo que podemos fazer, com participações, com auxílio, seja de que maneira for, desde transportes e isso tudo e nós fazemo-lo, agora eu julgo que essa percentagem de 20% de analfabetos compete à DREN resolver, mas ponho sérias dúvidas que a DREN consiga resolver um problema dessa natureza, eu agradecia que me fizesse dentro dessa percentagem uma nova estatística, era a estatística do grupo etário. Qual é o grupo etário que é analfabeto no concelho de Mogadouro? Mas é que isto é importante, é que se eles forem para cima de 65 anos, ou de 60, ou com falta de vontade aos 50, bom eu não sei como é que vai resolver o problema dos 20% de analfabetismo no Concelho de Mogadouro, bem se eles forem portanto até à quarta classe, até aos 10 anos,

até aos 15, até aos 20, até aos 40, bom eu acho que um estímulo pode trazê-los para uma situação em que possa ser mostrada instrução para os chamados analfabetos. A nossa preocupação vai também, mas isso é uma preocupação individual, não é uma preocupação efectiva para a iliteracia de quem tem a quarta classe, o sexto ano, muitas vezes acontece mais isto. ----
-----Quanto ao Conselho de Educação devo-lhe dizer que aqui o que se disse foi, um Senhor Professor, e não é muito difícil procurar a acta dessa reunião, disse aqui: o que é que íamos fazer daqueles que saíam com cursos dos Técnico-profissionais, ele era contra os Técnico-profissionais, entrava nas humanidades, e o resultado foi que o próprio Doutor António Reis, que era o do Centro de Emprego disse assim: não Senhor, nós temos necessidade no Distrito de Bragança de 42 Carpinteiros, etc., etc. -----
-----Quanto ao Centro de Novas Oportunidades, eu devo dizer-lhe uma coisa: tem que telefonar para a DREN, ou para o Ministério da Educação, porque eu além do ofício que já lá mandei para instituir precisamente o Centro de Novas Oportunidades, além do ofício que mandámos, se não estou em erro até repetido, já lá fui eu e o doutor João Henriques falar com a Doutora Margarida Moreira acerca da implementação deste Centro, aguardamos resposta, se houvesse uma intervençãozinha vossa com certeza até a resposta viria com mais celeridade e nessa altura teríamos um Centro de Novas Oportunidades em Mogadouro, com todas as características que a Deputada Antónia refere”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “ em resposta ao que foi solicitado sobre a Teleassistência, isto é um sistema como o próprio nome indica, assistência via telefónica em que as pessoas que estão isoladas, e o concurso foi feito, nesta primeira fase para 100 utilizadores, utilizarão este aparelho ou tipo relógio, ou tipo colar, e em que quando tiverem necessidade é carregar no botão e é disparado pedido de assistência numa central, esta central terá o telefone dos vizinhos do lado, terá dos filhos e terá também da parte dos bombeiros e da saúde para despoletar de imediato o apoio a estas pessoas, aquilo que o Município fez é para cem pessoas carenciadas, idosas que vivam sozinhas e carenciadas e garantir o mesmo custo que tem com esta empresa para as outras pessoas que não são carenciadas e que queiram usufruir do mesmo tratamento, podem essas pessoas dirigir-se à empresa e têm as mesmas condições que tem o Município para as carenciadas, que é essa a responsabilidade do Município. -----
-----Em relação ao conforto habitacional, são onze casas que são recuperadas com metade do valor que foi pago pelo Instituto de Segurança Social, a outra metade é pago pela Câmara Municipal, foram onze recuperadas, infelizmente já não são as onze pessoas que podem usufruir dessa melhoria porque no decorrer dessa intervenção um das pessoas de Bemposta faleceu e infelizmente já não pode usufruir da melhoria

habitacional, no entanto é lógico que vale a pena continuarmos com o apoio do estado e com o apoio da autarquia”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ o que me traz aqui neste ponto, tem a ver com o ofício enviado pelo Clube Académico dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que foi questionado pela Deputada Antónia o porquê de aparecer, de aparecer na papelada da Assembleia Municipal já que na ordem de trabalhos nada consta sobre este assunto, como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal isto foi tratado na chamada conferência de líderes ou entre a mesa da Assembleia e os dois líderes, quer o do PS, quer o do PSD, eu acho que aqui cada um terá que assumir as suas responsabilidades, nessa reunião eu defendi que em virtude deste assunto ter sido colocado pelo menos aos dois líderes parlamentares tardiamente, foi colocado a 15 de Dezembro e o assunto versado neste ofício teria que forçosamente ser apreciado pela Câmara Municipal antes de aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento, o que eu creio, ocorreu nos finais de Novembro princípios de Dezembro, portanto na altura que nós analisamos isto já não poderíamos tomar qualquer posição porque o assunto versado no ofício que se relaciona com a concessão ou não de um reforço de subsídio é da competência da Câmara Municipal, por isso entendi na altura que este assunto deveria ter um ponto concreto da agenda de trabalhos, defendi essa situação, fui vencido pelos restantes e aceitei, como democraticamente deve ser a vontade dos outros parceiros, no entanto o assunto continua por resolver, também por outro lado o afirmo, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao receber este ofício, e vendo que isto ultrapassava as competências da Assembleia Municipal deveria ter endereçado imediatamente com despacho, endereçá-lo, digo eu, para a Câmara Municipal, para o poder incluir, para o poder trabalhar na aprovação do Orçamento e Plano de Actividades, portanto é um erro que o Senhor Presidente terá que assumir porque de facto, ao não ter feito isso não deu a possibilidade, quer ao académico, quer à Câmara Municipal deste assunto ter sido analisado, pelo menos o Presidente da Assembleia Municipal não passou para quem devia essa responsabilidade, porque a responsabilidade de conceder, ou não, subsídios cabe à Câmara Municipal, a Assembleia pode aprová-los ou reprová-los mediante a proposta que é apresentada pela Câmara Municipal, a Assembleia Municipal não pode fazer propostas de atribuição de subsídios, essa é uma responsabilidade, é uma competência própria da Câmara Municipal, e por isso esta Assembleia Municipal não poderia fazer muito mais do que neste momento está a fazer, mas também não sei se o Clube Académico endereçou o mesmo ofício deste teor à Câmara Municipal. Agradecia também que a Câmara Municipal se pronuncia-se sobre este assunto do pedido que o Académico fez de reforço do subsídio”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “visto que a questão que foi colocada foi directamente a mim, a mim apetecia-me sinceramente estar aí nesse lugar para me poder defender como Deputado Municipal. Eu acho que em democracia há um termo muito vulgarizado que se transmite de pessoas para pessoas quando praticam alguma irracionalidade política, ou seja há uma palavra que nós vulgarmente chamamos demagogia, quando queremos inverter o sentido das coisas, quando queremos tornar as verdades em inverdades, e quando nós queremos tornar as verdades em inverdades tudo tem um rótulo é demagogia política, e isto o que acabou agora de ser proferido aqui pelo meu amigo e Deputado Aníbal Moreno, peço desculpa mas é um mero exemplo retórico de demagogia. E demagogia porquê? Porque quem o ouviu, como os Senhores todos que aí estão o ouviram dá para perceber que houve uma vontade de querer prejudicar alguém, neste caso um pedido que foi endereçado pelo Presidente do Clube Académico ao Presidente da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal utilizou exactamente as mesmas regras que utiliza para todos os outros organismos públicos, ou seja: inicialmente fui criticado porque era um assunto que nem sequer, no entender de alguém, e se calhar com alguma razão, nem devia ter mandado e dado a conhecer como dei a conhecer a todos os Deputados Municipais, eu chamo a isto transparência política, como é um assunto que mexe com pedido de subsídio, naturalmente aquilo que eu entendi que devia fazer foi: quando aparece o requerimento..., e até hoje..., o requerimento é de 12/11 de 2008, nós não tivemos nenhuma reunião a não ser esta para tratar da questão. E eu entendi que era um assunto que eu não queria assumir individualmente, Porquê? Porque tenho a colaborar comigo dois secretários e democraticamente quis colocar a questão aos líderes partidários. Nos termos da alínea h do artigo 21, compete à mesa da Assembleia Municipal, registar, ouvir, as petições ou queixas que queiram apresentar. Diz o ponto 3 do artigo 35 que as convocações, bem como as respectivas ordens de trabalho, são objecto de análise e elaboração conjunta entre a mesa da Assembleia, e pelo grupo de líderes, sem prejuízo das competências previstas na Lei e no regimento. Ou seja: eu entendi que, seria importante dar a conhecer aos grupos partidários a questão, foi resolvida lá a forma, vencida, ou não vencida, foi resolvida a melhor forma de tratar o assunto, e a melhor forma de tratar o assunto foi aquela que foi tratada, ou seja enviar uma cópia a cada um dos Senhores Deputados, para terem efectivamente conhecimento do pedido, que eu também podia chegar aqui e lê-lo como li há bocado uma Moção, como tenho aqui outros assuntos que vou ler e não enviei, mas achei correcto que **(fim da gravação na presente faixa da banda magnética)** como diz o Deputado Ilídio Martins pena é que a Assembleia não tenha mais poderes, mas nós não temos poderes que ultrapassem aquilo que está a ser feito, se efectivamente

houver aí um senhor Deputado que individualmente queira apresentar uma proposta para aconselhar a Câmara pode-o fazer até ao final da reunião e nós votá-lo-emos, e que haja coragem para isso”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente isto aqui não se trata de demagogia política, isto trata-se efectivamente que o Senhor Presidente não deu seguimento concreto, o seguimento que devia ter dado a uma solicitação que teve de um grupo de Municípes, ao ficar com este assunto, e portanto quando o sujeitou à conferência de líderes já era tarde, e por isso eu me debati, como já não se podia fazer praticamente nada era preferível agendar esse ponto como um ponto da ordem de trabalhos, o mandar para os elementos, que eu concordei que se desse conhecimento pelo menos à Assembleia Municipal, mas o que se poderia fazer sobre esse assunto, praticamente não era nada, o que deveria ter sido feito é que quando recebeu, e se apercebeu perfeitamente que aquilo era competência do Executivo Municipal era através de um despacho endereçar à Câmara Municipal para ter em conta aquela solicitação na atribuição dos subsídios constantes do Orçamento que vai ser discutido e aprovado de seguida para o ano de 2009. O Senhor Presidente não o quis fazer, é caso para dizer que só não chegou a haver o chamado despacho de gaveta, porque no fundo foi o que aconteceu, recebeu-o, não teve seguimento, o estar aqui hoje a falá-lo é como se de facto tivesse sido metido na gaveta”.

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “ eu só queria perguntar ao Senhor Presidente do Município se é assim tão grande o grau de incompatibilidade do Município com a DREN, é que me parece, e aos conhecimentos que tenho, o Centro das Novas Oportunidades não é assim tão difícil de ser formado, pediu-me ajuda mas eu não lha posso dar até porque eu nunca falei com a Doutora Margarida Moreira e ao Senhor Presidente já se lhe reservou o direito de dizer aqui na Assembleia *a minha amiga Doutora Margarida Moreira*, aí não posso fazer nada, mas posso-lhe dizer que contacte os colegas dos Concelhos limítrofes que fizeram a mesma coisa e não foi assim muito difícil, segundo dizem”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “não há incompatibilidade nenhuma com a DREN, incompatibilidade não, isso independentemente da amizade, também nutro por si uma profunda amizade e consideração e no entanto não tenho que comungar das suas ideias, nem a Antónia das minhas. Estas coisas são institucionais, têm que correr como institucionais, agora eu creio que Centro só há em Miranda, Vimioso não tem, Freixo não tem, Moncorvo não tem, Vila Nova de Foz Côa não tem e estão à espera de saber como é que isso se faz. De maneira que lá teremos que perguntar a Miranda como é que o conseguiu”. -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ O Clube Académico tinha expectativas, por isso ao fazer o documento que fez a solicitar à Assembleia Municipal que se pronunciasse sobre isso criou expectativas

traduzidas na sua presença aqui em peso. Criou expectativas que gostava que a Assembleia lhas resolvesse, digamos assim, é evidente que nós não temos muito para fazer em relação a um documento que não está na ordem de trabalhos. Eu só pergunto se desse despacho, do despacho emitido pela Assembleia Municipal se foi dado conhecimento ao clube Académico, porque se foi dado conhecimento eles certamente..., as expectativas seriam esvaziadas, não viriam aqui perder o seu tempo, porque ser-lhe-ia dito que este assunto era da competência da Câmara Municipal e iriam para a porta da Câmara chatear o Senhor Presidente. -----

-----Já agora, aproveito, não sei se me permites, a Câmara não respondeu ao meu colega Aníbal Moreno e líder da bancada sobre a pergunta que colocou. Se a Câmara teve conhecimento deste documento e se o Académico fez igual solicitação ao Município sobre a solicitação de apoio financeiro, julgo que era essa a questão”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ o Senhor Presidente da Assembleia disse há bocado que nós não tínhamos poder, ou que temos pouco poder, nós somos um órgão deliberativo. O Deputado Tibério disse que nós devíamos ter mais condições para podermos em conjunto trabalhar mais e melhorarmos as coisas e a situação, e de facto nós no fundo temos pouco poder, e eu digo isso e vou dar um exemplo: na última Assembleia extraordinária o Senhor Vereador Pimentel encontrou-me ali à porta, cumprimentámo-nos como é habitual, com a amabilidade que todos temos, umas vezes mais outras vezes menos, depende da situação, e disse-me que um problema já estava resolvido, quando se ouvem essas palavras dos problemas resolvidos, ficamos todos satisfeitos e contentes, e eu de facto também fiquei, fiquei, e o assunto acabou, e o problema foi resolvido. Eu disse que não iria intervir, e devido ao que se passou na Assembleia resolvi intervir para dizer o seguinte: é que nós de facto temos pouco poder e eu sinto-me triste, muitas vezes, porque nós falamos, dizemos determinadas coisas e eu debati-me aqui como Deputado Municipal sobre esses assuntos, esses assuntos nunca foram resolvidos, e uma simples informação, ou uma simples carta, que eu não sei o que seria, de um Município qualquer, que se desloca, de um Transmontano, Lisboaeta, talvez, faz uma informação à Câmara e os assuntos são resolvidos, e isso vem na sequência do Senhor Presidente da Assembleia dizer na sua intervenção, que de facto temos poucos poderes, e eu sinto-me triste devido a esses poucos poderes que temos. Acontecem coisas, eu também nunca gostei de *cadelas apressadas*, nem eu próprio gosto de ser apressado, mas de facto nós aqui resolvemos muitas vezes essas situações. Era só isto que eu lhes queria transmitir, que de facto nós temos pouco poder, pouca importância aqui nesta Assembleia”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “desejo ao Clube Académico de Mogadouro um bom êxito profissional, desejo que sejam

campeões, não sei se estou a pedir demais, mas desejo que sejam campeões de FUTSAL, penso que bem o merecem, penso que estão a trabalhar para isso, por isso mesmo acho que a vossa competência está a ser visto por todo o Mogadouro. Sobre o pedido concreto, neste momento eu não me vou pronunciar porque venho aqui com outras intenções neste momento. -----
-----Vou passar a ler: tenho receios de que a presente geração seja de facto a última que assistiu e participou nas tradições existentes nas nossas aldeias, e que de momento se encontra muito debilitada. Cada aldeia que morre tradicionalmente é um bocadinho da Cultura Portuguesa que morre também, não podemos continuar a assistir à morte lenta da nossa cultura. É falta de personalidade e verticalidade continuarmos a deixar degradar as nossas bases culturais e limitarmo-nos pura e simplesmente a copiar, e por vezes mal, aquilo que habilmente nos é imposto por outras sociedades mais populistas, mais na moda. Por tudo isto e após a criação da Rota dos Castros e a Rota do Azeite, venho propor a este Executivo a criação da Rota das Tradições e a sua incrementação. Penso que Mogadouro precisa dar mais importância às tradições, e eu acho que é importante que se crie uma Rota, de uma forma ou de outra, não vou ser eu a seleccionar aldeias mas acho que há umas aldeias mais vocacionadas em que as tradições estão de facto mais vivas do que noutras. E é preciso este meu alerta que deixo aqui ao Executivo de Mogadouro” . -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ mais uma vez e sobre o assunto que está em debate, o apoio a ser concedido ao Clube Académico de Mogadouro e depois da acesa discussão que já aqui se gerou, o Senhor Presidente da Assembleia proferiu aqui uma palavra que anda muito na voga, como ele diz, que é a *Demagogia Política*, que se está a fazer aqui *Demagogia Política*, eu à Demagogia acrescentava outra, que infelizmente também se está aqui a verificar, que é o aproveitamento político. Como o Senhor Presidente já disse a Assembleia Municipal não tem mais competências para poder fazer mais do que aquilo que está a fazer, recebeu um documento de uma Associação da Vila e deu conhecimento aos membros da Assembleia dessa comunicação. A forma como deu conhecimento, se devia ser agendado um ponto na ordem de trabalhos? Julgo que não. Foi acordado na conferência de líderes, então, que seria enviada uma cópia a cada um dos membros da Assembleia, e foi o que se verificou. Eu chamei a atenção na altura, e não tenho problemas em assumir isso, que ao fazer desta forma o Senhor Presidente da Assembleia estava a abrir um precedente, é que as dezenas, ou centenas de Associações que há na Vila, ou no Concelho, neste momento se calhar sentem-se com o mesmo direito de no futuro virem a tomar a mesma atitude. Reclamar mais subsídios do que aqueles que lhe são atribuídos, e caso não serem aceites, quererem também que esse assunto seja agendado nas Assembleias Municipais, e então assim a Assembleia Municipal não faria mais nada do

que estar a discutir esses assuntos, portanto não me parece a forma correcta. Não está aqui em causas o que a Câmara deu ou dá, se é muito, se é pouco, não é isso que estamos aqui a discutir. Simplesmente a forma como a direcção do Clube Académico está a querer fazer chegar à Câmara através da Assembleia Municipal..., não é possível, não nos é possível fazer mais, a nós Assembleia Municipal, do que aquilo que estamos a fazer. Com certeza que já se dirigiram à Câmara, esta forma de querer conseguir o apoio ou de chamar a atenção para um apoio maior, será mais efectiva se for feita directamente à Câmara, como acho que já terá sido feita, e a Câmara, o Senhor Presidente mais seis Vereadores, certamente saberão dar resposta e um encaminhamento mais correcto para isso. Em termos de Assembleia acho que tínhamos definido, ou tinha ficado assente na conferência de líderes que mais do que isto não será possível fazer”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente aproveitando também a sua sugestão, o grupo do PS apresenta então uma proposta no sentido em que se recomenda que a Câmara Municipal faça uma reapreciação da solicitação do Académico, por isso submetemos à mesa, aliás entregamos à mesa esta nossa proposta e que a ponha à votação por parte desta Assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado Aníbal Moreno faz-me aqui uma pergunta, se a solicitação chegou à Câmara? Não tenho conhecimento, nenhum dos Vereadores do Grupo do PSD tem conhecimento, mas não tendo conhecimento, não quer dizer que não entrasse, mas isso se entrou também está lá registado, e se faz nota disso. Agora queria fazer algumas considerações acerca deste problema. Todos os anos há um pedido de subsídios, há pedidos de subsídios que são apreciados pela Câmara e a câmara aprecia-os e vota-os, e este pedido foi avaliado, foram atribuídos € 25 mil em dinheiro, e foram votados por unanimidade no Executivo, o Executivo deu a sua opinião e votou por unanimidade € 25 mil, além de, talvez este ano mais de 20 mil Km de transportes e condutores. Creio que nos finais de Novembro foi apresentado um pedido no sentido da antecipação das tranches que tinham sido escalonadas ao longo do ano, da antecipação da tranche de Janeiro para Dezembro, esse pedido foi à Câmara e foi rejeitado por unanimidade. O Executivo cumpre as suas obrigações e cumpre a tempo aquilo que prometeu, prometeu € 25 mil, nestas tranches, em tal data e vai cumprir, porque é uma pessoa de bem. Antes de continuar queria fazer aqui apenas uma rectificação, é que há pouco disse que o Município estava a dar à Misericórdia € 25 mil, enganei-me num zero, é que o que lhe está a dar são não € 2 500 por mês, mas € 250 por mês, o que soma € 3 mil, o Município dá à Misericórdia € 3 mil. Como tudo nas nossas atitudes tem que haver equilíbrio, porque eu desejava muito dizer assim: fazer ali uma barragem nos (?), porque isso iria trazer um volume de água que permitia a rega no

Concelho de Mogadouro, e regar o Planalto Mirandês significava transformar Mogadouro num dos principais pólos agrícolas do país, mas não há dinheiro. Tudo que é impossível de realizar não pode caber dentro das nossas posições. A Câmara de Mogadouro tem obras para fazer, põe-nas no plano, vai executá-las, e depois diz assim: mas eu para as executar tenho que ter dinheiro, nessa altura vai ao banco e pede, e o tribunal de contas diz assim: concedido, ou não concedido, e já está. O Clube Académico de Mogadouro tem que fazer projectos de acordo com as suas disponibilidades, com as disponibilidades dos seus sócios, com as disponibilidades da população de Mogadouro. Não é dizer assim: faço o projecto que quero para manter a 1ª divisão ou ser campeão e depois a Câmara é que paga. Não paga, ficamos já entendidos. Haja sugestões à Câmara, ou não haja, não paga, e não paga porque dá 3 mil à Misericórdia, e dá 25 mil ao Clube Académico, e dá 25 mil para o outro Clube, e aparecem os Clubes e agente tem que lhes dar. Não, nós é que controlamos as despesas do Município e quando os Senhores nos chamam aqui despesistas, nós não o queremos ser. Fizemos de Mogadouro aquilo que está feito, vamos continuar a fazer, mas vamos fazer com moderação dentro das nossas possibilidades, temos que ter projectos de acordo com as nossas possibilidades, nós vemos hoje o Boavista a cair, vemos o Estrela da Amadora sem pagar os vencimentos, bem vemos o Benfica com certeza com vontade de arranjar jogadores do tipo do Cristiano Ronaldo e doutros que lhe permitam ser campeões do mundo, mas não são. Porquê? Porque não têm capital, não podem ir além mais disso. Portanto nós temos de fazer os nossos projectos de acordo com as nossas perspectivas sim, mas de acordo com as nossas possibilidades económicas, sem prejudicar a Acção Social, como vão ver no plano de investimentos plurianual, 48 % para a Segurança Social, mais 38% para a economia, e é aqui e nestas normas que nós nos regemos, e não cedemos delas enquanto eu estiver no Município e for apoiado pela maioria. Além disso o pedido que foi feito à Câmara não foi de aumento do subsídio para a frente, aí também não pede, aí pede um aumento, digamos, para este ano, pede um aumento para este ano, dado que estamos na 1ª divisão, dado isto, dado aquilo. O documento que nos chegou à Câmara foi de antecipação da tranche, e que foi rejeitado por unanimidade. Ora é isto e não vale a pena estar a falar mais nisto, pela minha parte. -----

-----Deputado Tibério eu queria-lhe dizer uma coisa é que eu estou a ver aqui o Clube Académico, para mim não me afecta nada que vão à Câmara, nunca me chateiam, eu vou ouvi-los como nunca deixei de ouvir. E quando vêm repisar na mesma matéria passo-lhos ao João Henriques, que os ouve e nunca deixou de ouvir. Nunca me chateiam, podem vir à-vontade. -----

-----Dulcíneo, nas tradições, eu já te disse que a Câmara está na disposição de apoiar esse projecto. Pediste a escola, a Câmara respondeu-te

que a escola já era tua, de maneira que faz. Agora, como é que queres fazer? Queres fazer o projecto, tens a arquitecta que te vai ajudar a fazer o projecto, e depois fazes o orçamento e a gente vê naquilo que pode participar e vai participar. Portanto eu acho muito bem que se dê o atendimento a todas essas Rotas de Tradições e etc., e dou-te os meus parabéns por propores uma coisa dessas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ para terminar esta questão e para que ela não seja indutora de qualquer tipo de presunção eu quero apenas dizer que o que me foi pedido foi feito, está no regimento, está escrito, que foi dar conhecimento à Assembleia Municipal dos assuntos relevantes, e agora para quem se calhar não teve a devida atenção para ler aquilo que me foi solicitado, eu leio aqui em voz alta e depois o mais audaz dos candidatos a Presidente da Assembleia Municipal, faça-o melhor. Diz aqui o que me foi pedido, em três linhas: «termos em que se requer à digníssima Assembleia Municipal de Mogadouro, para que delibere no sentido de se reforçar a verba em € 50 mil de apoio ao CAM para a época 2008/2009, durante a discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009». Ninguém de boa fé podia fazer isto, a única coisa que a Assembleia Municipal pode fazer foi aquilo que agora me chegou às mãos, alguém fazer uma proposta, e é essa proposta que eu vou ler e vou depois proceder à análise e deliberação. -----

----- «Proposta de Recomendação-----
-----No âmbito do artigo 19, alínea c, do Regimento Municipal o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recomenda à Câmara Municipal que se digne apreciar o pedido de reforço de apoio financeiro à actividade do Clube Académico de Mogadouro, tendo em consideração a relevante actividade desenvolvida em prole do desporto do Concelho e da divulgação de imagem do Município. -----

-----Mogadouro, 23 de Dezembro de 2008-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

-----Vamos então propor à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Aprovada por maioria, com um (1) voto contra, cinco (5) abstenções e trinta e sete (37) votos a favor. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “eu votei contra esta proposta por duas razões, a primeira uma questão de economia processual, não serve para nada, o Executivo já disse que não, é não, o Executivo disse: *enquanto tiver a maioria não*, às vezes ter a maioria não significa ter razão, mas eu no caso até considero que esta maioria tem razão. Acabei de dizer a segunda razão pela qual votei contra”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “também é extemporânea uma vez que não a pôs à votação, não nos deu a hipótese de a discutirmos antes e não quis interromper a votação, vinha só, e pegando um pouco nas palavras do Senhor Deputado Ilídio Martins, eu abstive-me, o sentido da minha votação vem no sentido em que não acrescenta nada de novo, seria mais efectivo..., a proposta que foi feita à Assembleia, ser feita directamente à Câmara, tinham-nos livrado destes trâmites todos. Não acrescenta nada de novo, o sentido do meu voto á a abstenção”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço perguntou se alguém desejava intervir. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu queria fazer aqui apenas uma correcção, na primeira página, informação escrita da actividade do Município, quando diz 13 de Setembro de 2008 – visita de Sua Exa. O Senhor Primeiro-ministro, não, visita de Sua Exa. O Senhor Presidente da República, 14 de Setembro de 2008 - recepção da comitiva de Sua Exa. O Senhor Presidente da República, não do Primeiro-ministro, depois está aqui uma reunião em 17 de Setembro, depois de uma de 18 de Setembro, por último 25 de Novembro de 2008 – reunião ordinária do órgão Executivo e depois recepção do Senhor Primeiro-ministro Eng. José Sócrates em Vila Flor para assistir à cerimónia de assinatura do contrato da auto-estrada do Douro interior, não, para assistir à assinatura do contrato do IP2 e IC5, e depois vem a actividade económica que está aí escrita”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “mais alguém quer intervir sobre este ponto? Não havendo na qualidade de Presidente da Assembleia peço uma interrupção de quinze minutos para um pequenino, se assim o entenderem, um brinde comestível para predispor melhor as pessoas”. -----

II PARTE

-----Foram reiniciados os trabalhos, tendo-se antes procedido à chamada a fim de se verificar da existência de quórum. -----

-----Responderam à chamada quarenta e três elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério,

Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco José Albuquerque Guimarães em substituição de Francisco Joaquim Lopes, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana da Conceição Marcelo Meirinho Mendes, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Alcino Augusto Machado em substituição de Carlos Manuel Lourenço Luís, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira dos Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. ---
-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Alfredo Justino Ribeiro, Albino João Cordeiro Rodrigues, José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, António Joaquim Valença, Presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, Francisco dos Santos Neto, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Belarmino Silvestre Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ verificada a existência de quórum vamos continuar os nossos trabalhos e vamos entrar na análise e discussão do ponto 2.2 que discutiremos simultaneamente com o ponto 2.3 dado que estão associados e depois votá-los-emos em separado”. -----

-----2.2 Análise e deliberação sobre “**AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – EXERCICIO DE 2009**”-----

-----2.3 Análise e deliberação sobre “ **ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCICIO 2009**” -----

-----Assim sendo, dou a palavra à Câmara para se pronunciar sobre estes dois pontos” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhores Deputados, vamos hoje proceder à leitura do relatório da proposta de orçamento para o ano de 2009. -----

-----Nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2009 (GOP'S), constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, estão revelados os objectivos estratégicos definidos há alguns anos por este Executivo Municipal para o desenvolvimento local. -----

-----Na actual proposta de Documentos Previsionais para 2009, foram

definidas prioridades de forma a organizar as acções e projectos que já estão em curso, em articulação com as prioridades enunciadas no QREN e cujas obras estão, ou já foram homologadas as respectivas candidaturas. ---

-----A escassez dos recursos financeiros e principalmente o atraso no pagamento das verbas referentes a Contratos-Programa e Fundos Comunitários, não têm sido impedimento à concretização dos Planos de Investimento, que apenas tem sido possível em função da implementação de políticas de contenção nas despesas de funcionamento, libertando assim recursos para a realização de investimentos. A afectação racional e eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis continuará a constituir preocupação deste Executivo, concretizada através da implementação de medidas tendentes à melhoria contínua dos níveis de produtividade, aliada à melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Podemos aqui destacar o melhor funcionamento do armazém com a criação da Secção de Aprovisionamento, o funcionamento da oficina automóvel, as obras por administração directa e porque não, a adjudicação da varredura da Vila que proporcionou a libertação de funcionários para o tratamento dos espaços verdes e outras áreas. -----

-----Relativamente às prioridades definidas no Plano Plurianual de Investimentos, as **funções gerais** registam o valor de € 2.186.683,00 e representam 13,91% do total. Neste capítulo para além da aquisição de diverso equipamento como a motoniveladora, as viaturas e as obras de arte, destacam-se o sistema de vídeo vigilância nos edifícios Municipais e o arranjo e requalificação do Largo do Convento de S. Francisco. -----

-----Quanto às **Funções Sociais** que assumem especial relevo na distribuição da despesa programada, representando 47,01% do total de investimento, traduzida em € 7.389.018,00 e que mostram o esforço na satisfação das necessidades de natureza social da população do Concelho, nomeadamente ao nível da educação com a construção da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância que só para o ano que se avizinha se prevê uma despesa de € 1.800.000,00. Ainda neste capítulo, mas no que respeita ao Ordenamento do Território onde se prevê um investimento de € 2.424.418,00, são de realçar as obras de recuperação da Zona Histórica da Vila e as infra-estruturas do Bairro do Canto bem como o arranjo urbanístico em várias aldeias. -----

-----Relativamente aos capítulos de saneamento e águas, como já foi dito em anos anteriores, congratulamo-nos de haver já uma cobertura próxima dos 100%, prevendo-se este ano a sua conclusão com a aldeia da Gregos e os cerca de € 800.000,00 constantes do PPI, para além do já referido destinam-se à aquisição de um limpa fossas, a aquisição de equipamento, a construção de ETAR's compactas e infra-estruturas de Cardal do Douro. -----

-----No domínio da protecção do meio ambiente e conservação da natureza, prevemos o investimento de € 815.000,00 na recuperação e

valorização ambiental das ribeiras do Juncal e de S. Martinho e ainda a construção do centro de identificação e registo de cogumelos, o que demonstra claramente a preocupação deste Executivo nesta área. -----

-----Quanto à cultura, desporto, recreio e lazer, daremos continuidade à política de realização de investimentos, nomeadamente em infra-estruturas consideradas básicas. Assim, e estando em fase de conclusão as obras de construção da Biblioteca e Casa das Artes, no que respeita à Cultura, damos agora prioridade ao Centro de Interpretação Ambiental e Unidade Museológica do Parque Natural do Douro Internacional, às obras complementares da Casa da Cultura e principalmente ao equipamento para a Biblioteca e Casa das Artes. Já no que diz respeito ao Desporto, Recreio e Lazer destacamos o Miradouro da Serra da Castanheira e a construção dos Polidesportivos da Fonte Nova em Mogadouro, em Castelo Branco e S. Martinho do Peso. -----

-----Relativamente às **Funções Económicas**, com cerca de € 6.000.000,00 representam 38,17% do total do Plano de Investimentos, dos quais € 591.000,00 vão para o capítulo da Indústria e Energia, com destaque para o Loteamento Industrial de Mogadouro e os Núcleos de Cozinhas e Queijarias Regionais e o restante vai para os Transportes e Comunicações na melhoria das acessibilidades do Concelho. Neste grupo são de realçar as obras já em curso ou fase de adjudicação como a Estrada de Mogadouro a Valverde; da E.N. 221 a Peredo de Bemposta; da E.N. 219 a Penas Roías; o caminho de Vale da Madre à Zona Industrial entre muitas outras. -----

-----As obras complementares do Parque de Feiras e o Centro de Interpretação dos Produtos da Terra no grupo de Mercados e Feiras bem como a aquisição de uma embarcação para passeios turísticos no Douro no grupo dos Transportes Fluviais, trarão também uma mais-valia ao Concelho. -----

-----Ainda uma referência ao investimento com o projecto de divulgação e promoção turística On-line, que proporcionará ao país um melhor conhecimento das nossas terras o que poderá contribuir para uma maior afluência turística. -----

-----Para finalizar no que diz respeito ao P.P.I. é de referir que se encontra em fase de execução o Canil Intermunicipal inscrito no documento em apreciação no capítulo das **Outras Funções**. -----

-----Fazendo parte das Grandes Opções do Plano, o Plano de Actividades Municipais com um total de € 4.556.572,00, traduz com rigor, as actividades com algum significado a levar a cabo durante o próximo ano nas mais diversas áreas. -----

-----As fatias maiores e que representam cerca de 50% do valor já referido, destinam-se à recolha de resíduos sólidos, à limpeza urbana da Vila e aos encargos com empréstimos bancários. -----

-----Quanto ao restante, para além dos apoios a conceder às várias

Associações e Instituições, sociais, culturais e desportivas representadas no bolo global, há as transferências para as Juntas de Freguesia, bem como vários eventos como as comemorações do centenário da morte de Trindade Coelho, encontro de anciãos, Feira do Livro, Feira Medieval, Feira dos Gorazes, Diáspora, Escola de Teatro entre outras. -----

-----Este é em suma o PPl para o ano de 2009. -----

-----Quanto ao Orçamento no valor total de € 27.006.452,00, regista nas Receitas correntes o valor de € 9.705.454,00, enquanto nas Despesas Correntes apresenta o valor de € 9.690.172,00. -----

-----O presente relatório de Orçamento, contempla através de dados fundamentados e gráficos de suporte, justificação para os valores orçados, na senda do rigor previsional, de forma a reduzir eventuais desvios entre a previsão e a futura execução. -----

-----Na execução dos Documentos Previsionais devem ser tidos em conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria, devendo os mesmos ser justificados quanto à sua economia, eficiência e eficácia e sempre com subordinação às regras previsionais constantes do POCAL. -----

-----Neste campo, revela-se de primordial importância a avaliação dos recursos, uma vez que a sobreavaliação das Receitas ocasionará uma ilusão de suficiência que estimulará a realização de Despesas relativamente às quais o Município não disporá efectivamente de fundos financeiros suficientes. -----

-----Para evitar esta situação de cálculo por excesso, as regras previsionais apresentadas no ponto 3.3 do POCAL condicionam a avaliação das Receitas, permitindo que o ajustamento das previsões se reflectam ao longo da execução do Orçamento através de alterações e/ou Revisões. -----

-----Neste capítulo a própria Lei permite que o orçamento possa ser excessivo, o que nunca prevê é que as despesas possam ser em excesso. -----

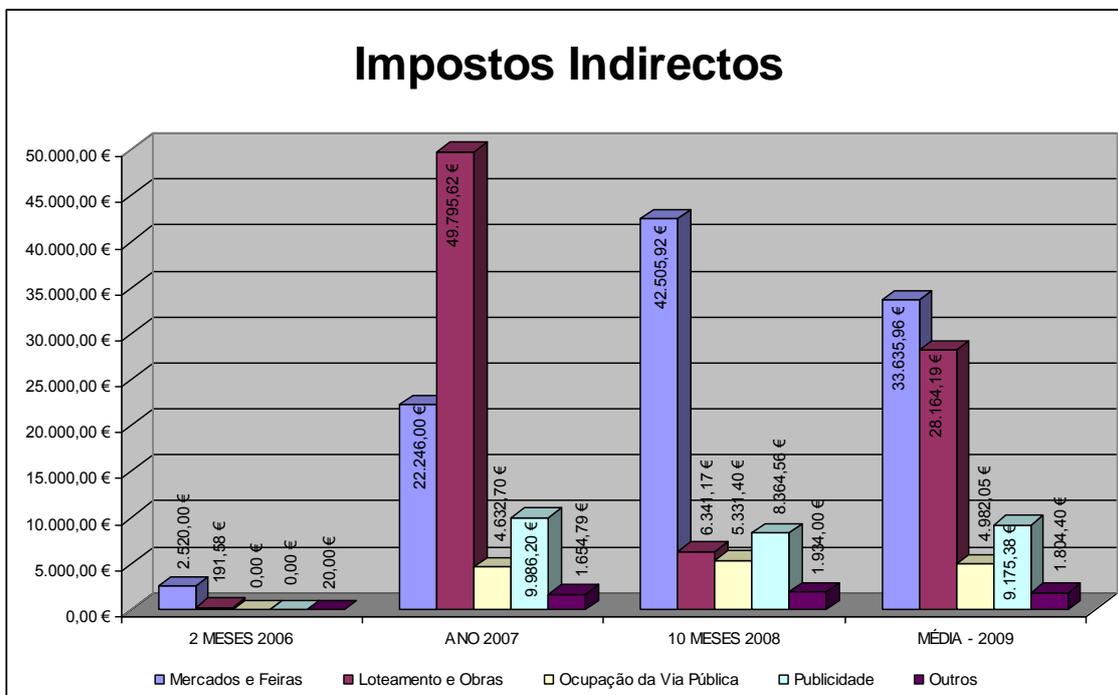
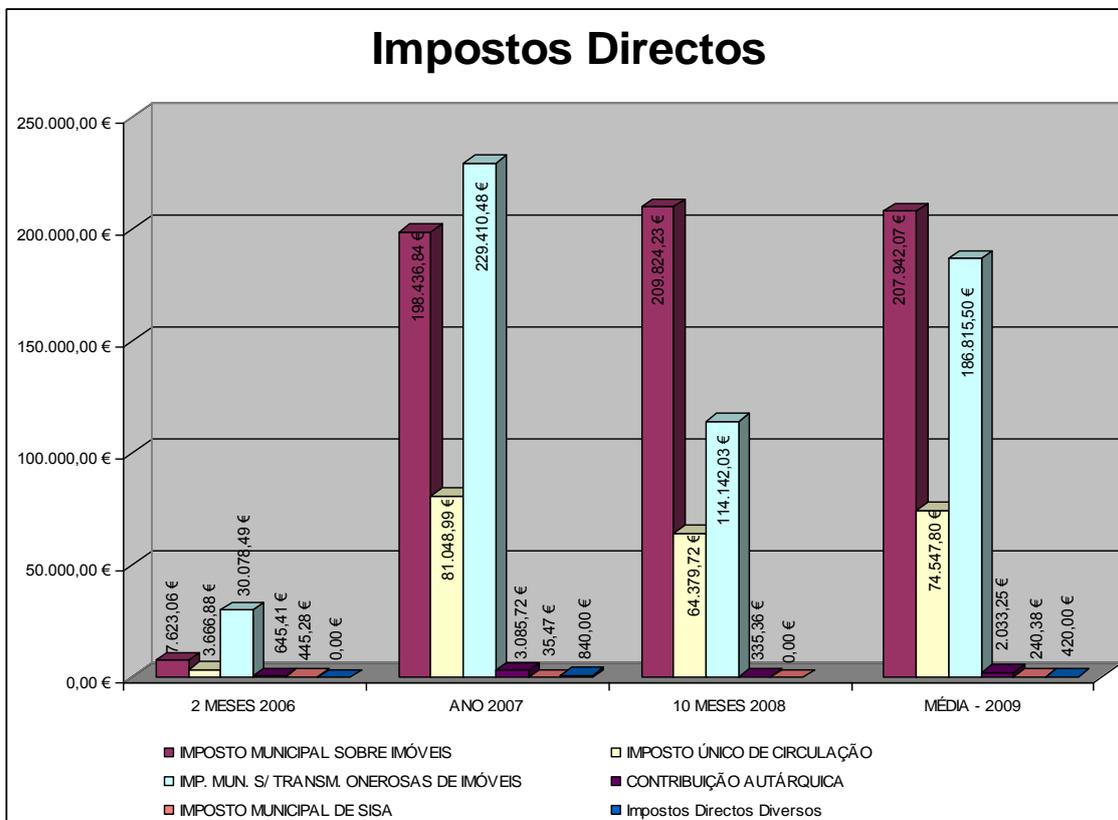
-----Assim sendo, surgem a par das regras previsionais mencionadas, as regras de “bom senso” e de “prudência”. A observância destas regras leva à utilização de dois métodos tradicionais para a previsão das receitas: -

-----Avaliação Directa -----

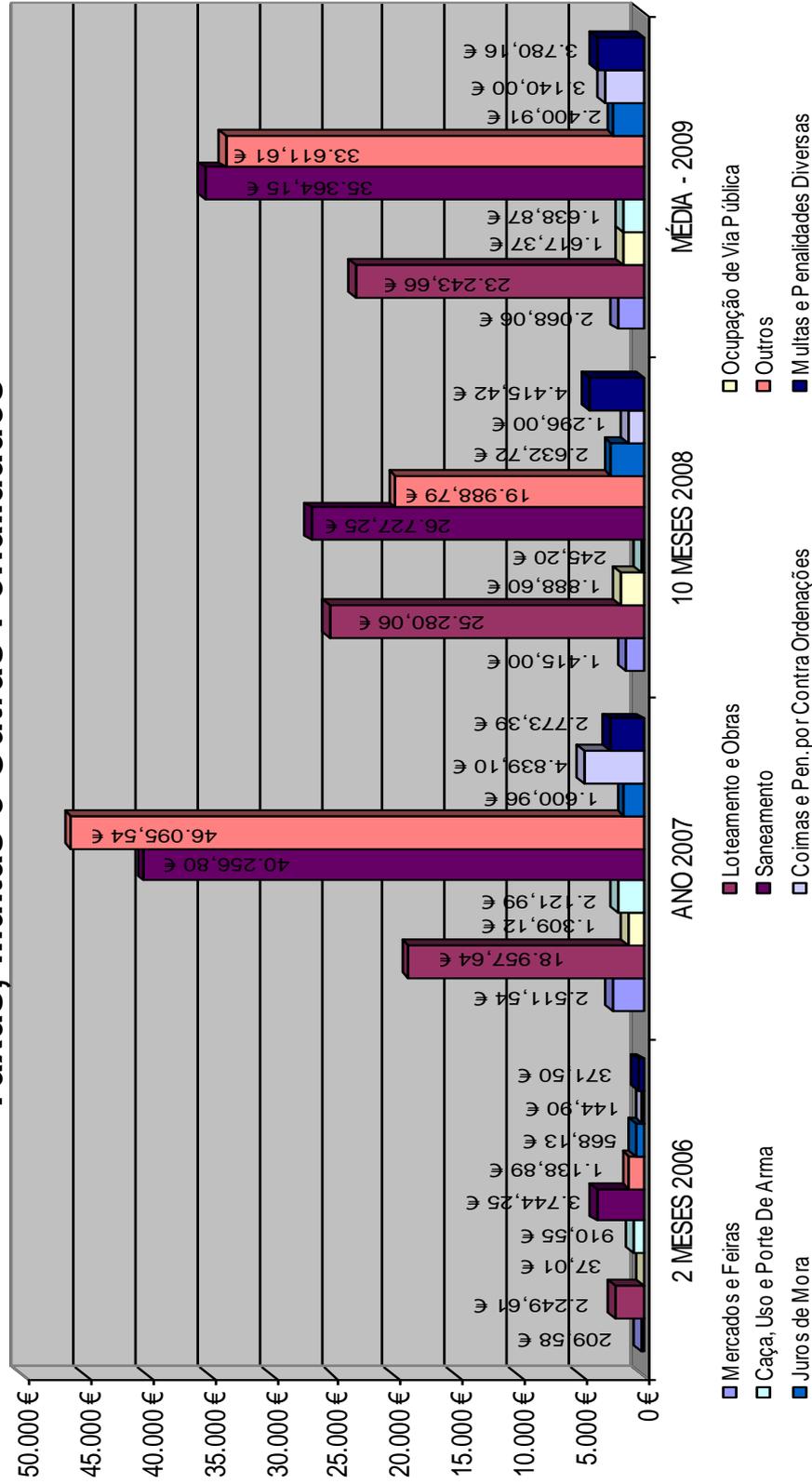
-----O critério da média dos últimos exercícios, assenta na média aritmética dos resultados registados nos últimos dois exercícios económicos. O POCAL exige na alínea a) do ponto 3.3 a sua aplicação a receitas de variação irregular, como as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, estabelecendo-se como medida de avaliação a média aritmética simples, das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. -----

-----No cumprimento deste critério, é traduzido em gráfico a evolução de arrecadação da Receita, referente a impostos (directos e indirectos), taxas e

tarifas: -----
 -----**Receitas Correntes**-----



Taxas, Multas e Outras Penalidades



-----O Método da Avaliação Directa a aplicar em receitas com baixo grau de certeza quanto à sua previsão, assenta numa previsão da respectiva arrecadação, ponderando-se os dados dos últimos exercícios económicos ou quaisquer outros documentos de objectiva credibilidade e fiabilidade, tendo sido utilizado para o seu apuramento nos seguintes capítulos: -----

-----**Rendimentos de propriedade:** -----

-----Juros – Sociedades Financeiras, Bancos e outras Instituições Financeiras. Ponderada a arrecadação de receita a título de juros de depósitos, dos últimos exercícios, o Município prevê para o ano de 2008 arrecadar € 9.894,00. -----

-----**Dividendos e Participações nos lucros em empresas participadas:** -----

-----O Município detém participações financeiras no Laboratório Regional de Trás-os-Montes, o que considerando os valores de anos anteriores, prevê-se a distribuição de dividendos no valor € 15.930,00. -----

-----**Rendas** -----

-----O montante de € 481.759,00 constante deste item, diz respeito essencialmente ao valor previsto arrecadar com as rendas pagas trimestralmente pela EDP. -----

-----**Transferências Correntes** -----

-----Estado -----

-----As transferências correntes traduzem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem qualquer afectação pré-definida. -----

-----Com base no Mapa XIX – Transferências para os Municípios, constante do Orçamento de Estado para 2009 – verifica-se uma previsão para o próximo ano económico, para o nosso Município de € 5.779.941,00, distribuídas da seguinte forma: -----

-----Fundo de Equilíbrio Financeiro ----€5.448.957,00 -----

-----Fundo Social Municipal -----€143.301,00 -----

-----Participação fixa no IRS -----€187.683,00 -----

-----Neste capítulo prevê-se arrecadar ainda € 650.000,00, provenientes da DREN (educação), Administração Interna (processos eleitorais e recenseamento), DGAL (transportes escolares) e DGRF (gabinete florestal). -----

-----**Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados** ----

-----Dizem respeito a receitas oriundas de parcerias e candidaturas a fundos comunitários designadamente ao FEØGA-Ø (limpeza de florestas); POPH (cursos de formação) e FSE, rubricas onde se prevê arrecadar € 450.000,00. -

-----**Serviços e Fundos Autónomos** -----

-----Compreendem receitas provenientes de institutos públicos e fundos autónomos, que no âmbito de determinados programas co-financiam o Município, destacando-se aqui o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o programa PEPAL, o Instituto de Solidariedade e Segurança

Social (jovens em risco e apoio a habitação) num total de € 245.000,00. ----

-----**Venda de bens e serviços correntes**-----

-----Foi efectuado um levantamento de receita arrecadada em exercícios anteriores e aplicada a média aritmética dos últimos 24 meses, no entanto, com a entrada em vigor da nova tabela de taxas e licenças, algumas das rubricas, designadamente a relacionada com a cobrança de água, saneamento e de resíduos sólidos, foram aumentadas. -----

-----Neste capítulo regista-se o valor de € 1.101.755,00, cabendo o maior bolo à cobrança de água, ao saneamento, resíduos sólidos e ainda aos serviços, recreativos, culturais e desportivos. -----

-----**Rendas**-----

-----As rendas num valor total de € 271.239,00, correspondem aos contratos de arrendamento de alguns imóveis com exploração comercial (central de camionagem, quiosque), arrendamento de habitação social (Ex. Fundo Fomento). -----

-----**Outras Receitas Correntes**-----

-----Rubrica de natureza residual para suportar eventuais receitas não especificadas, verificando-se por análise de exercícios anteriores uma previsão para o ano de 2009 de €92.800,00, destacando-se aqui o valor previsto com o reembolso do IVA no valor de € 61.700,00. -----

-----**Receitas de Capital**-----

-----**Venda de Bens de Investimento**-----

-----Este capítulo desagregado em diversas rubricas (terrenos, habitações, edifícios e outros bens), regista um valor global de € 414.300,00, no entanto a maioria delas regista valores simbólicos que permitam ao Município arrecadar todo o tipo de receitas que eventualmente possam surgir, realçando-se aqui apenas o valor previsto na venda de terrenos com € 405.700,00. -----

-----**Transferências de Capital**-----

-----**Estado**-----

-----De acordo com o mapa XIX – transferências para os Municípios, constante do Orçamento de Estado para 2009, prevê-se a seguinte transferência de capital: -----

-----Fundo de Equilíbrio Financeiro – € 3.632.638,00 -----

-----Outras transferências não incluídas no Mapa XIX: -----

-----Cooperação Técnica Financeira – € 700.000,00 – São aqui registadas as verbas provenientes das contrapartidas nacionais em programas no âmbito de Contratos-Programa, estando aqui incluídos os valores referentes à Biblioteca, e Casa das Artes. -----

-----Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados – € 10.890.000,00 – Registam-se aqui as verbas referentes a investimentos, objecto de candidatura ou já aprovadas e homologadas. Os montantes constantes na maioria dos programas diz respeito aos valores em dívida

pelo INTERREG, LEADER, AIBT do Côa, Operação Norte, cabendo o maior bolo ao QREN com um total (€ 7.600.000,00) relacionada com os vários projectos a candidatar e o já homologado referente à construção da Escola e 1º. CEB de Mogadouro. -----

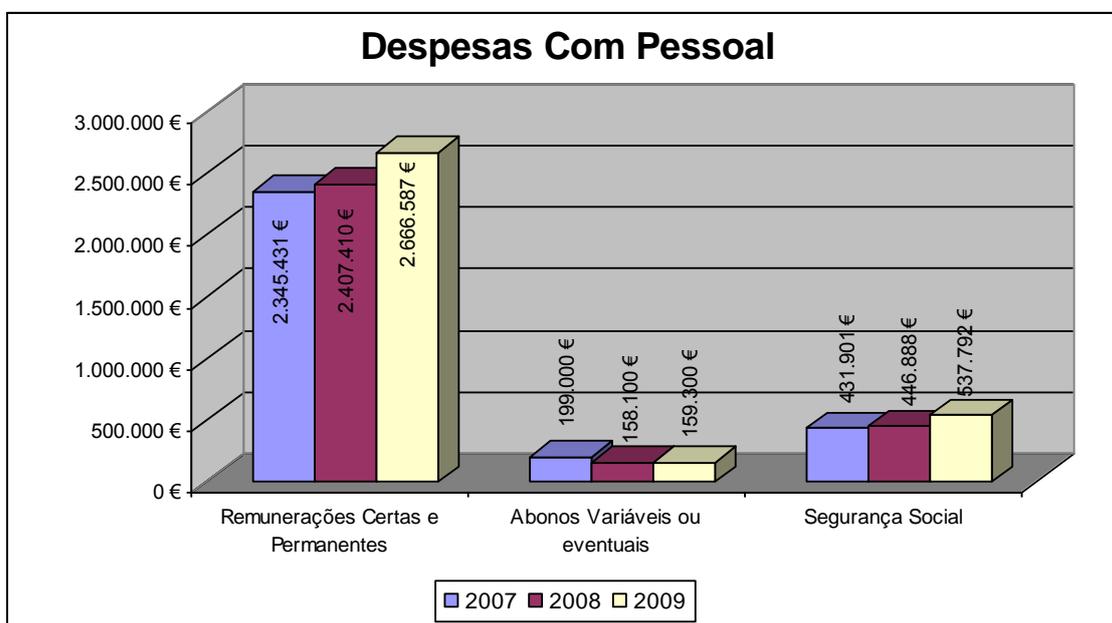
-----**PRINCIPAIS AGREGADOS DA DESPESA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA** -----

-----**DESPESAS CORRENTES** -----

-----**Despesas com pessoal** -----

-----As importâncias previstas de encargos com pessoal dizem respeito ao pessoal do quadro, pessoal contratado a termo certo e o pessoal avençado. Para efeitos de dotação inicial, as importâncias a contemplar devem corresponder à tabela de vencimentos em vigor, acrescida do valor da taxa de inflação prevista para 2009, bem como a entrada de pessoal prevista ao longo do ano. -----

-----Assim o valor global das despesas previstas com pessoal incluindo os membros dos órgãos autárquicos (Câmara e Assembleia Municipal) é de € 3.363.679,00, sendo € 2.666.587,00 de remunerações certas e permanentes, € 159.300,00 de abonos variáveis ou eventuais e € 537.792,00 de encargos com a Segurança Social, conforme o seguinte gráfico:



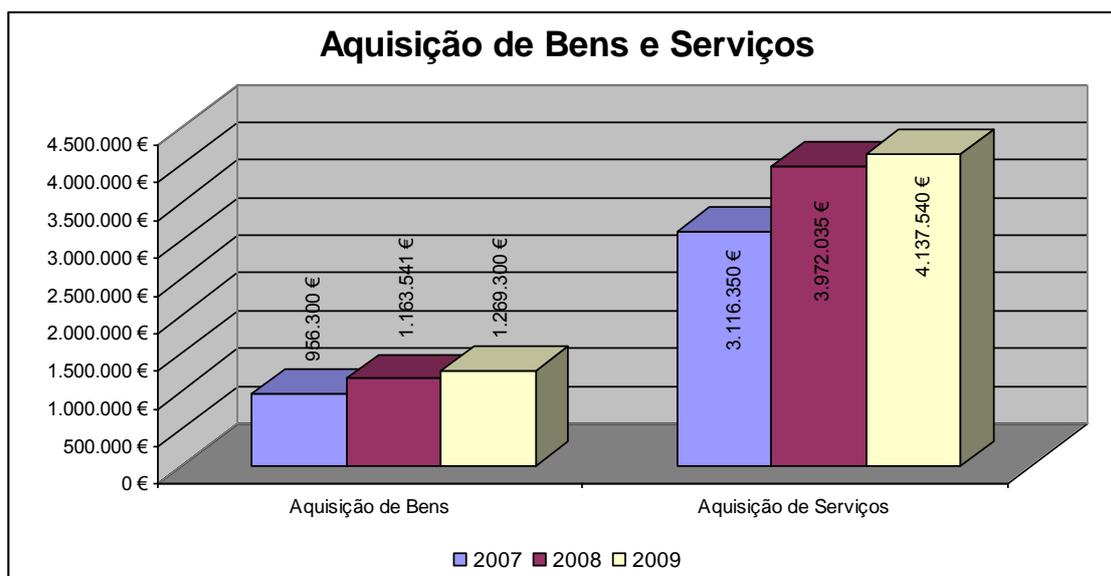
-----**Aquisição de bens e serviços correntes** -----

-----Para o apuramento da previsão da despesa neste capítulo e para 2009 foi efectuada uma avaliação directa das despesas, identificando os contratos de execução, quer os de prestação de serviços quer os de aquisição de bens. Foram ainda contemplados os compromissos assumidos durante o ano de

2008 e que se prevê não serem pagos no ano em curso, a transitar para o próximo ano. -----

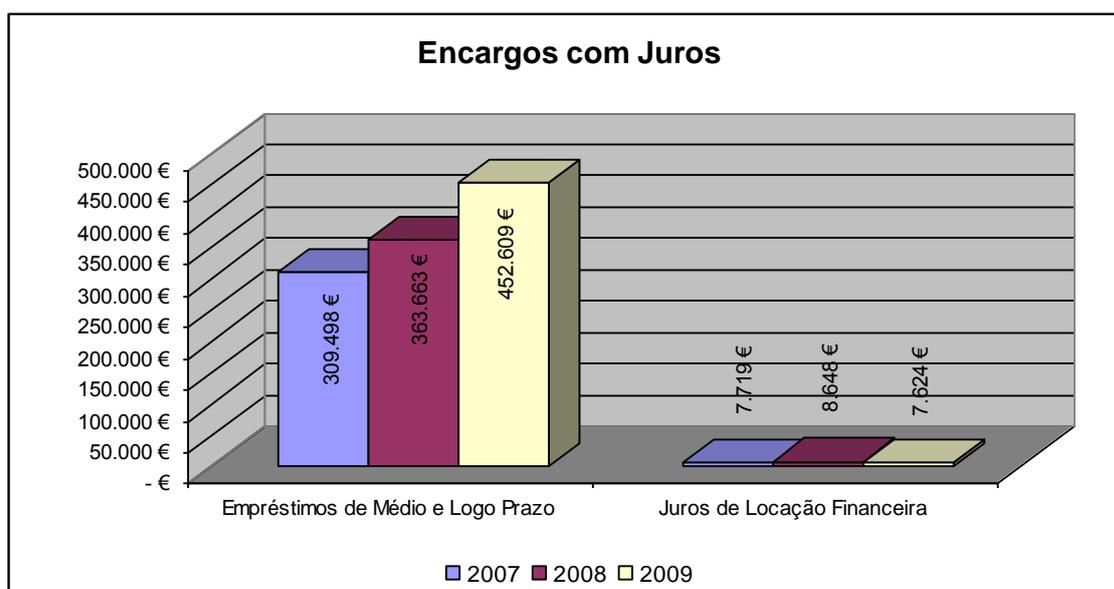
-----Para as despesas obrigatórias das quais não existe quantificação global foi efectuada uma análise dos encargos mensais dos últimos exercícios para cálculo anual a inscrever em 2009, com base nas contas correntes e respectivos balancetes, resultando uma previsão global para o capítulo 02-Aquisição de bens e serviços de € 5.406.840,00 sendo € 1.269.300,00 de bens e € 4.137.540,00 de serviços, conforme gráfico: -----

-----O facto de ao longo dos últimos anos ter sido feito um grande investimento na construção de diversas infra-estruturas, leva a que as mesmas sejam mantidas, o que obriga a um aumento gradual das despesas correntes, designadamente no que se refere a energia eléctrica, recursos humanos e equipamento entre outros, destacam-se no entanto os valores relativos à recolha e tratamento de resíduos sólidos, a varredura da Vila, os transportes escolares e os custos com energia eléctrica e iluminação pública. -----



-----**Juros e outros encargos** -----

-----Neste capítulo estão registados os valores comunicados pelas diversas entidades bancárias, relativamente aos contratos de empréstimos de médio e longo prazo assumidos e utilizados, bem como os juros de locação financeira relativo ao contrato de leasing para a aquisição do edifício do antigo Banco Pinto & Sotto Mayor num valor total de € 461.233,00 para 2009 conforme gráfico. -----



-----**Transferências Correntes**-----

-----Neste capítulo cabem as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes sem qualquer contraprestação directa para com o Município, cujo fundamento se traduz na persecução de eventos de interesse local e/ou actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, bem como forma de apoiar classes sociais desfavorecidas. -----

-----Cabem aqui também as transferências para as Juntas de Freguesia (relacionadas com os processos eleitorais), as instituições sem fins lucrativos a título de comparticipação financeira no desenvolvimento das suas actividades correntes e ainda as transferências para Associações relativa às quotizações anuais, num valor total de € 433.905,00. -----

-----Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, eu queria deixar aqui uma nota: no momento actual é-nos comunicado que tudo aquilo que possa ser atribuído pelo Município só pode ser atribuído de uma forma ilegal, porque não há forma de atribuir às freguesias mais dinheiro do que aquele que recebem do estado. Este subsidio que temos estado a dar, no momento actual é ilegal. -----

-----**Outras Despesas Correntes**-----

-----Este capítulo regista apenas o valor de € 16.415,00, cabendo aqui as despesas com impostos e taxas, restituições, IVA a pagar, serviços bancários e outras despesas de valor residual. -----

-----**DESPESAS DE CAPITAL**-----

-----**Aquisição de Bens de Capital**-----

-----**Investimentos** – Neste capítulo são consideradas as despesas com a

aquisição dos bens que contribuem para a formação do capital fixo e que coincide com o valor do Plano Plurianual de Investimentos (excluindo os valores com obras por administração directa). Assim o valor é de € 15.581.101,00, o qual reflecte um aumento em relação ao ano anterior no valor € 1.228.886,00. -----

-----**Transferências de Capital** – Estas transferências destinam-se a financiar despesas de investimento das instituições beneficiárias, estimando-se para 2009 uma previsão de € 908.400,00, onde se destaca o valor a transferir para as Juntas de Freguesia (400.000,00) e Associações (240.900,00). -----

-----**Passivos Financeiros** -----

-----**Empréstimos a médio e longo prazo** – Este capítulo compreende as operações financeiras que envolvam pagamentos decorrentes de amortização de empréstimos. Baseado no mapa de empréstimos contraídos por este Município, bem como no plano de encargos das respectivas instituições bancárias, foi efectuado um apuramento para 2009 de € 656.779,00 estando já incluído o empréstimo contratado no decorrer do ano e que ainda não foi utilizado. -----

-----**ENCARGOS COM A ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----No cumprimento do estipulado no art. 52 da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são inscritas no orçamento municipal, em rubricas específicas da despesa, para pagamento de senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição de bens e serviços necessários ao seu funcionamento e representação, resultando uma previsão para 2009 de € 70.000,00 o que não representa qualquer aumento em relação ao ano anterior. -----

-----**POUPANÇA CORRENTE** -----

-----O princípio do equilíbrio corrente determina que o orçamento deva contemplar os recursos necessários para cobrir todas as despesas correntes e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Neste caso particular as receitas correntes são superiores às despesas correntes em apenas €15.282,00, valor que tem vindo a decrescer nos últimos anos. Era isto que eu queria anunciar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos entrar no período de inscrições, agradeço que quem desejar inscrever-se que se pronuncie, porque como diziam há bocado dois Deputados e influentes Vereadores desta casa temos que ser mais exigentes nas inscrições, portanto quem se quiser inscrever faz favor”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente com as transferências para Bruçó não se preocupe que não vai preso, não atinge o valor do FEF, não há problema nenhum, fique descansado em relação a Bruçó, aí não há problema nenhum. -----

-----Em relação ao orçamento gostei muito de ouvir a suas palavras, é um

orçamento..., vou ser irónico à maneira da Manuela Ferreira Leite, é muito bonito, é muito bonito este orçamento, tens uns números bonitos, Bruçó se o Senhor reparar bem, zero. Zero, Senhor Presidente, nem uma referência, um arruamento, um paralelo que fosse, zero. O que é que eu posso fazer em relação a isto? Estou aqui para defender os interesses de Bruçó e é isso que estou a fazer. Não posso fazer mais nada, fico muito triste. Fico muito triste com o comportamento da Câmara em relação a este orçamento, não tem nada para Bruçó, não é que não tivéssemos feito ofícios anteriormente, já fizemos ofícios nos anos anteriores, houve reuniões a dizer o que era preciso, o que não era preciso, nunca foi tido nada em consideração do que foi pedido às Juntas de Freguesia. Eu olho para o orçamento, para duas ou três Juntas, tudo, para o resto, zero. É a vossa opção, são livres de o fazer como é óbvio, agora não posso deixar de manifestar aqui a minha tristeza por tal facto. É triste ver isso, não ajudarem todas as Juntas, eu não digo por igual, mas pelo menos por um bocado de vergonha dêem um bocadinho a todas, façam um bocadinho em todas, porque o Concelho é só um, não é só Mogadouro, ou ali, ou aqui. É para todos. É isso que eu venho aqui manifestar, a minha total oposição a este orçamento relativamente a Bruçó, não é que esteja em desacordo com as obras nas outras localidades, mas não posso votar a favor de um documento destes em que Bruçó é posto de parte mais uma vez, e fica a garantia, enquanto eu for Presidente da Junta não me calo, e vou continuar a vir aqui a falar, e hei-de chatear porque é a minha função, é defender os interesses de Bruçó e estou a fazer a função para a qual eu fui eleito, que é esta”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “da leitura do Orçamento Municipal para o ano de 2009, com o valor global de € 27.006.452, cumpre-nos dizer em primeiro lugar, este orçamento não tem qualquer viabilidade de ser concretizado, se não vejamos, as transferências da Administração Central ao abrigo da Lei das finanças locais cifra-se nos € 9.412.579, com actualização de 5% em relação a 2008, superior a inflação, venda de Bens e Serviços com € 1.101.755, Impostos directos e indirectos com € 552.764, empréstimos de médio e longo prazo € 1.353.160 o que totaliza € 12.420.258, se juntamos mais os fundos comunitários, que na melhor das hipóteses atingirá os € 3.000.000 por ano, a receita global não ultrapassará os € 15.000.000, ou seja, a receita global efectiva será menos 45% daquilo que é previsto, não são respeitadas as regras previsionais estabelecidas no POCAL, assim como não foi respeitado o Estatuto do Direito de Oposição, dado que o Orçamento e o PPI não foi enviado ao Partido Socialista concelhio para se pronunciar sobre os mesmos, antes de serem aprovados pelo Executivo Municipal, foi-lhe negado esse direito estabelecido por lei. Este orçamento não merece confiança e como tal não merece a nossa aprovação. Também da análise do mapa de endividamento de médio e longo prazo, o empréstimo aprovado em Junho de 2008 no

valor de € 1.353.160, aparece com a indicação que aguarda visto do Tribunal de Contas, gostaríamos de ser esclarecidos qual a situação concreta desse empréstimo e o porquê de tão grande demora na obtenção do visto. -----

-----As transferências de capital para as Juntas de Freguesia vão de mal a pior, enquanto que, a Administração Central actualiza o FEF em mais 5%, a Câmara Municipal dá uma machadada de menos 38% nas transferências de capital para as freguesias, passando de € 650.000 orçamentados durante vários anos para os € 400.000 orçamentados para o ano de 2009. Na verdade é caso para dizer, nas transferências da Administração Central para a Câmara municipal é sempre a crescer, nas transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia é sempre a encolher. -----

-----Da análise do PPI verificamos que o mesmo atinge o valor de € 15.715.641, valor este, que é irrealizável, como disse atrás, a receita que virá a ser arrecadada não ultrapassará os € 15.000.000, se PPI fosse totalmente concretizado não sobraria qualquer verba para as outras despesas, nomeadamente para o pessoal, sabendo que as despesas correntes orçamentadas no valor de € 9.690.172 são praticamente fixas, equivale a dizer que ficará para investimento cerca de € 5.310.000, menos € 10.000.000 do que o previsto, por isso não se sabe muito bem quais são os investimentos que irão ser contemplados, mas como diz, e bem o Vereador Fernando Bártolo, «é tudo ao molho e fé em Deus», e no fim são contempladas as cores políticas. E que dizer dos Planos de Pormenor que pelos vistos entraram em saldo? Já que em 2008 tinham um custo médio previsto de € 10.000 e para o ano de 2009 têm um custo de € 1.000. Senhor Presidente devem aproveitar a maré e adquirir mais alguns, porque a este preço é uma pechincha, e vejam se não haverá também alguma versão em conta para a Revisão do PDM, dado que se arrasta desde 2004, já vai sendo tempo do mesmo dar a luz. -----

-----No projecto/acção com o nº 21 constante do PPI, consta a aquisição de dois autocarros, gostaríamos que esclarecesse esta Assembleia qual é a finalidade desses autocarros, assim como a rubrica artigos de valor e obras de arte com o valor de € 400.000. Também queria ver esclarecido o porquê da Reparação do Reservatório de água de Ventuzelo, constante do PPI para 2009, acção 26, dado que segundo o PPI para 2008 tinha na acção 23, Construção/aquisição do reservatório de água de Ventuzelo, se foi construído em 2008 já necessita de reparação? Não seria melhor executar a garantia? Ou será que não tinha garantia? -----

-----Senhores Deputados Municipais foi-nos fornecido hoje de manhã, que estava nas nossas e vossas cadeiras a proposta do orçamento do Município em termos gráficos, esta proposta que nos é apresenta segundo estes gráficos, está manca, ela só representa metade do orçamento, porque temos aqui espelhados em gráficos as receitas correntes, de dois meses de

2007, do ano de 2007, e 10 meses de 2008, aparecem as receitas correntes dos impostos directos dos indirectos e aparece-nos depois também a despesa corrente. Era importante para vermos se de facto as previsões são feitas com rigor que aparecesse também documento idêntico sobre as receitas de capital e as despesas de capital. Provavelmente não é apresentado porque ao ser apresentado aparecia uma diferença tão grande entre aquilo que está previsto em termos de despesa de capital e aquela que efectivamente foi realizada, quer em 2006, quer em 2007 ou 2008, que de facto o gráfico da falha não cabia na folha, provavelmente teriam que colar mais duas ou três folhas para essa diferença caber na folha. E é por isso Senhor Presidente que esta proposta que apresenta está manca, e se quiserem continuar a apresentar em termos gráficos, apresentam-na completa e aí nessa altura com certeza verão a diferença imensa que há entre aquilo que está previsto e aquilo que foi realizado, a média dos 24 meses para as despesas de capital e para as receitas de capital, essa não foi utilizada. Por isso Senhores Deputados quer o orçamento municipal quer o PPI não nos merece credibilidade, como tal não merece o nosso voto favorável, por isso nos vamos abster.” -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “eu pegando nas palavras do Senhor Deputado Aníbal Moreno diria que este plano de actividades e orçamento nos merece toda a confiança por isso vamos votá-lo favoravelmente. Em democracia, cabe tudo e felizmente que é assim. Depois do relatório tão pormenorizado que o Senhor Presidente aqui fez do plano dispensamos mais comentários acerca dele, representa no fundo as opções deste Executivo, representa a continuidade daquilo que vem sendo feito nos últimos anos, é aquilo que este Executivo quer para o Município, e a avaliar pelo que tem sido feito merece-nos toda a credibilidade porque o que tem sido feito tem sido muito e bem feito. Podíamos aqui estar a esgrimir argumentos até ao fim do dia, entrar noutro tipo de pormenores, debater números, para isso está aqui o Senhor Deputado Aníbal Moreno que já o fez, eu não vou entrar por aí, preferimos depois no fim aguardar o resultado do exercício para avaliar aquilo que tem sido feito, que é francamente positivo para o Município, por isso nós uma vez mais vamos votar favoravelmente este orçamento”. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “ eu vou ser breve, não vou alongar-me muito, faz agora cerca de um ano que estive aqui a agradecer uma das únicas obras que aparecia no plano de actividades do ano de 2008, e agradeci-lhe porque estava no plano de actividades, pensando que a viriam a concretizar, chegou o fim do ano, ou está a chegar o fim do ano, e na verdade não foi feita qualquer tipo de obra sobre o depósito da água, nem aquisição, nem reparação, e lá continua aquele monstro ali a deitar água de qualquer maneira, a desperdiçar água, e a parecer mal a quem passa e a quem vê. -----

-----Neste plano de actividades para o ano de 2009 continua a reparação do dito tanque, e acrescentaram mais o plano de pormenor do Bairro da Eiras, chamo-lhe eu Eiras de Cima, ali só vem Eiras, mas Eiras de Cima – Ventoselo, vem contemplado com € 25.000, será mais uma obra que está ali para parecer bem, talvez para me contentar a mim, mas não é assim que me contentam, nem a mim nem ao povo de Ventoselo. -----

-----Também queria intervir sobre as transferências de capital, que cada vez são menos, Ventoselo desde que esta Câmara subiu ao poder, que foi na data que eu subi também ao poder em Ventoselo, tem vindo a perder cerca de € 15.000 por ano, ou mais. -----

-----Quanto ao sistema de Teleassistência domiciliária e apoios a famílias carenciadas, perante o plano de actividades, queria também que a Câmara me informasse, se possível, quais serão os critérios que toma em relação a este sistema porque em Ventoselo há pessoas carenciadas ou famílias carenciadas e também há pessoas que precisam de Teleassistência domiciliária. -----

-----Temos outro ponto que não quero deixar de falar nele, durante este ano que está a decorrer foi pedido ao Presidente da Junta de Ventoselo as três obras mais importantes e necessárias para Ventoselo, eu por acaso até o fiz através de ofício e enviei à Câmara mas não sei para quê, peço-lhe que não nos façam perder tempo porque temos mais coisas a fazer do que perder tempo, afinal não nos fazem nada. -----

-----Agora, vou fazer-lhe uma crítica, penso eu, justa, porque há bocado quando o Senhor Presidente da Câmara estava aqui a dizer que gostava que fossem feitas críticas, justas ou injustas, mas eu penso que lha vou fazer justa, na freguesia de Ventoselo a que eu presido nada foi feito de relevante durante os seus mandatos ao longo destes sete anos a que o Senhor Presidente António Sá Moraes preside, por isso deixo-lhe aqui esta crítica. Será justa da minha parte? Espero a sua resposta”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “começo por responder ao Senhor Deputado Ilídio Rito, no orçamento para Bruçó, de facto figura pouco, procuraremos indemnizá-lo através do contrato-programa que se fará, mas de qualquer maneira se ler bem ainda lá tem algumas coisitas. -----

-----Quanto ao Deputado Moreno, viabilidade de ser realizado? É. Leia bem que ainda lá tem algumas coisitas. Viabilidade de realização não vai além dos 40%, mas sabe que nós desde que eu estou aqui tivemos sempre orçamentos, muito bem disseram na discussão do primeiro orçamento, empolados, e contínua, só seria lógico não empolar este orçamento no segundo e terceiro anos deste mandato, porque agora no quarto ano não pode deixar de ser. É um ano de QREN e nós temos que estar preparados para tudo, temos que estar preparados com as alíneas todas ali..., mesmo que seja só mil euros, mesmo que seja só um euro, depois é preciso....O que é

preciso para realizar essas coisas todas é ter dinheiro, havendo dinheiro agente faz estas obras todas que o Senhor vê. E porquê? Porque estavam no plano, porque estavam nos orçamentos, mesmo que fossem contempladas apenas com uma ninharia. Então quanto é que custam as obras que nós temos agora? Suponhamos, 4 milhões, é preciso nos termos 1,5 milhões, por exemplo, que é para colmatar a parte não participada. Este nosso empréstimo que o Deputado Moreno diz *o tribunal de contas não está homologado*, isso já está tudo homologado, está tudo aceite, nós temos o empréstimo ali todo à nossa disposição no banco, que é para quando começarem os projectos a ser aprovados, aqueles que forem aprovados para a execução, vai entrar logo dinheiro desse empréstimo, porque esse empréstimo não se destina a mais nada que não seja o pagamento das partes não participadas dos respectivos projectos a apresentar. -----

-----Eu creio que a comunicação de todos estes documentos ao PS tem cabimento, e acho que devia ser, até acho que a Câmara devia comunicá-los, só que isto não é obrigatório quando na Câmara há uma representação do seu partido. Se não é assim nós verificaremos depois, mas se é assim eu acho que deviam ser comunicados. -----

-----O tribunal constitucional já aprovou, como já lhe disse, é tudo como diz o Vereador Bártolo «salve-se quem puder», e nós temo-nos salvo bem, porque o conjunto de realizações e de sustentabilidade dessas realizações está à vista de toda a gente. -----

-----O PDM arrasta-se e não sei por quanto tempo se vai arrastar mais, porque já há três anos ou dois anos e tal que eu assisti a uma reunião em Mirandela onde estava o Senhor Primeiro-ministro e eu falei da morosidade dos PDM's, onde estava o Presidente da CCDRN, Carlos Laje, e o Ricardo Magalhães, e eu disse: *olhe segundo o Senhor Presidente da comissão e coordenação um PDM demora agora cerca de nove anos para executar, só as comissão tem trinta e dois elementos ou trinta e três, aquilo nunca mais ninguém se entende*, e o Senhor Primeiro-ministro disse: *isso vai ser tudo agilizado*, bem ainda não beneficiámos dessa agilidade para o PDM. Temos trabalhado nele mas ainda não se beneficiou praticamente nada. -----

-----Os dois autocarros são aqui postos em PPI por uma razão muito simples é que nós vamos ter uma escola lá em baixo e os dois autocarros destinam-se ao serviço de transporte interno da vila, é para isso que se destinam, para trazer as crianças para as escolas e os outros passageiros, se os houver. -----

-----O reservatório de Ventoselo tem toda a razão, o Cândido tem toda a razão, até tem razão praticamente em tudo quanto disse, até tem razão na critica que me faz. É inevitável, vamos também como para Bruçó procurar colmatar isso com um contrato-programa. -----

-----Despesas de Capital e Receitas de Capital, essas coisas todas são para discutir em Abril, cá estaremos em Abril para discutir essas Receitas de

Capital, para discutir, digamos, a realização, para discutir as obras, para discutir essas coisas todas. É para vos irdes preparando para Abril porque depois pode haver um lapso de vos mandarem isso muito tarde, já não têm tempo, vá-se preparando, mas depois não me bata muito. -----

-----Esta proposta está manca, vamos a ver se nos endireitamos com uma muleta. -----

-----Para as Juntas eu queria dizer que as dotações da Câmara vão ser afectadas, não sob a forma habitual, sob a forma de contratos-programa, vamos perguntar a cada Junta o que quer fazer na sua Freguesia, e discutir esse problema”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos abrir apenas um pequeno leque de outras intervenções, se porventura estiverem interessados, sobre este ponto. -----

-----Também tinha prometido ao Senhor ao Senhor Deputado Tibério relativamente àquela questão que oportunamente colocou, tenho agora na minha posse o comprovativo do envio, que eu já lho vou passar à mão, como foi enviada nesta data, e se naturalmente o Senhor arranjar uma forma de chegar mais rápido fará o favor de a sugerir. Isto vai À sua mão mas depois tem retorno. A antecedência não pode ser outra, porque é quando os documentos nos chegam”. -----

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “sobre as respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, claro que não me convenceu com a questão da proposta do orçamento só apresentada em termos gráficos, apresentou a receita e a despesa corrente, a receita e a despesa de capital..., claro que dava muito nas vistas, de facto, a disparidade entre o orçamentado e o realizado, para seguir às regras provisionais do POCAL. -----

-----Eu queria outros esclarecimentos que não lhos coloquei inicialmente, lembrei-me, porque o Senhor Presidente falou já nele aqui na sua intervenção, porque falou na aquisição de um barco para ter a navegar no Douro. Não sei qual é a forma, qual é o método que vai utilizar? Mas chamar-lhe a atenção, que deverá ter em atenção sempre a questão do regulamento do parque sobre a actividade de barcos nas águas do Douro, e o que está estabelecido, com certeza, segundo eu creio, e o que li na altura em que se aprovou o regulamento, acho que em cada troço só poderá haver dois barcos, um do lado de lá, e outro do lado de cá. Como neste caso concreto o do lado de cá já existe, a não ser que lhe seja retirada essa concessão, mas não sei, o Senhor Presidente com certeza deve ter dados para nos elucidar sobre esse assunto. -----

-----Outra solicitação que lhe fazia era sobre, porque já apareceu o ano passado, volta a parecer este ano, que é no chamado mapa das actividades mais relevantes do Município, participação no capital social das Águas de Trás-os-Montes de € 168.000, penso que é essa verba que está consignada. Saber também se já se voltou a aderir, se não se voltou a aderir, porque se

ainda não se voltou a aderir também não se percebe muito bem porque é que se está a inscrever uma verba quando a deliberação que motivou a saída ainda não foi revogada, portanto queria saber o porquê desta inscrição novamente. E por outro lado o Senhor Presidente referiu: ou que lhes foi comunicado, ou que é vossa interpretação que fazem da Lei, que é ilegal as transferências de capital para as freguesias. Senhor Presidente se é ilegal porque é que inscreverem então os € 400.000, é que tanto é ilegal € 650.000, como € 400.000. Se é ilegal tanto é um euro como um milhão de euros. Espero também um esclarecimento da parte do Senhor Presidente sobre essa matéria, se há ou não ilegalidade, mas se há ilegalidade então resolva-se essa ilegalidade, agora o que é preciso é que esse dinheiro chegue às Juntas de Freguesia. Todas elas estão a contar com essas verbas para elaborar os seus orçamentos e desenvolver as actividades que lhe compete nas suas freguesias”. -----

► **MANUEL PRETO** usou da palavra e disse: “custa muito ter que vir aqui mas acho que não podia deixar de vir a pedir uma obra que já foi no plano de 2008 e neste plano de 2009 não aparece, que era o Polidesportivo para Tó. Há outro trabalho, que são as valetas na rua do Toural do Fundo em Tó, quando vem a água espalha-se pela rua toda, aquilo parece um mar. -----Quanto ao resto vejo que vem lá a estrada de Tó a ligar com a 221, não sei se irá ser feita porque vem em último caso, a ETAR de Tó também é o último que aparece no plano, por isso fico um bocado em dúvida”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente em que página é que está a referenciar Bruçó? Tenho aqui o Plano Plurianual de Investimentos, ou estou eu enganado nisto, ou... Era só esta a questão que eu queria saber”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado Moreno, aquisição de um barco, nós como sabe, temos um parque de merendas no Juncal, em Peredo de Bemposta, e como muito bem disse tem direito a dois barcos, portanto nós temos que o requisitar. Fomos abordados por uma empresa espanhola para fazer isso e não podendo dizer que não reservamos para nós a requisição do barco para não serem eles espanhóis a fazer a requisição, e assim fazendo nós a requisição o barco é-nos concedido e nós temos a liberdade de negociar em melhores condições. O nosso maior interesse era entregar esse barco a quem o explore, nomeadamente e concretamente não há nomes, nem há compromissos nenhuns, é ao que já lá está, cá mais para cima, seria a minha intenção, se puder é assim, mas de qualquer maneira queremos ter na mão sermos nós a requisitar o barco e não a empresa que vier para lá porque é espanhola, não há aqui xenofobia nenhuma. -----

-----Participação das Águas, exactamente, está aqui uma deliberação a dizer vamos sair das Águas de Portugal, essa saída das Águas de Portugal tem-se vindo a arrastar porque há uma negociação com as Águas de

Portugal, nós entendemos que não temos nada a pagar, eles entendem que temos a pagar, e nós temos que trabalhar neste sentido. -----

-----As transferências para as Juntas de Freguesia, o que é ilegal não é fazer obras nas Juntas de Freguesia, o que é ilegal é assumir a forma como têm sido feitas até aqui. Transferi-las sem contrato-programa é que é ilegal, portanto vamos ter que fazer os respectivos contratos-programa. -----

-----Quanto ao Deputado Manuel Preto, Polidesportivo, as valetas, a estrada, o homem tem razão nisto tudo, agora eu não sou tão céptico como o Senhor Presidente da Junta, como o Senhor Deputado Manuel Preto, porque nós temos aqui no projecto a estrada e gostávamos de beneficiar do crédito que deram ao nosso governo, acreditar que as estradas vão ser feitas porque eu acredito piamente que vão ser feitas, e até pedi lá também a integração de uma ponteca ali entre duas povoações, que pedi agora à reunião luso-espanhola, para integrar na reunião que há no dia 17 de Janeiro, para integrar aquilo no plano rodoviário dos respectivos países. Eu acredito que isso um dia há-de acontecer, mas no LP2 e no LC5 já não há possibilidades de voltar atrás, eles já têm dinheiro para isso. Dê-nos também o efeito da dúvida, que nós vamos fazer a estrada. -----

-----Rito, eu creio que aí no orçamento (aquilo é tão grande, que eu já vejo mal, e está com umas letras tão pequeninas), mas eu creio que diz qualquer coisa em relação ao núcleo de queijarias. É um projecto apresentado pela Câmara e depois se os privados quiserem tomar conta daquilo, é com eles... e também tem lá uma referência às LPSS's. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “eu acho que este orçamento, e o Moreno há bocado falou, tem Plano Plurianual de Investimentos e tem o Plano de Actividades Municipais, e nesse Plano de Actividades Municipais tem lá Queijarias Tradicionais, como sabe a única que está..., porquê? Porque a Câmara comprometeu-se a dar um incentivo de € 7.500 por cada queijaria que aparecesse privada, até hoje a única que a pareceu privada é a de Bruçó, eu creio que é uma pessoa de Bruçó que investiu, que vai ver aquilo que foi um compromisso da Autarquia, e depois aparece a Santa Casa de Mogadouro e LPSS's, eu creio que não são tantas no Concelho de Mogadouro, onde está lá também mencionado, essas e as outras, pode haver sempre mais..., não vamos continuar a fazer estradas onde já há estradas, não vamos continuar a fazer ruas onde já há ruas. E de resto..., os caminhos vicinais são das Juntas. Os Presidentes da Junta também têm que olhar um bocado para o Plano de Actividades Municipais porque é aí que vai começar a incidir a acção das Juntas de Freguesia e também em grande medida da Câmara Municipal. Acho que estes dois parâmetros contribuem, e há aí indemnização de terrenos, como sabe também, que foi uma promessa deste Executivo e que tudo fará para a cumprir, que se trata de indemnizar as expropriações que ocorreram aquando da construção da estrada de Vilarinho a Bruçó. É um

compromisso que nós gostaríamos de cumprir porque ele foi publicamente assumido”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “vamos propor à votação o ponto 2.2 **Análise e deliberação sobre “AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – EXERCÍCIO DE 2009”** -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. -----

-----O resultado da votação feitas as respectivas contas é um (1) voto contra, treze (13) abstenções e vinte e sete (27) votos a favor. -----

-----Vamos passar também à votação do ponto 2.3 **Análise e deliberação sobre “ ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2009”** -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. -----

-----Feitas as contas, temos um (1) voto contra, treze (13) abstenções e vinte e sete (27) votos a favor. -----

-----Vamos entrar no ponto 2.4 **Análise e deliberação sobre “ Regulamento do Conselho Municipal de Segurança”** -----

-----Já ouviram tantas vezes este ponto que por força do projecto regulamentar do Conselho Municipal de Segurança ser publicado em Diário da República, com o aviso nº26492 de 2008, e dado que foi posto para discussão em haste pública, em 5 de Dezembro, e não tendo havido qualquer reclamação tem que novamente ser deliberado que é para transformar o projecto de regulamento em regulamento, ele foi aprovado como vêm em Diário da República e agora precisa de nova deliberação uma vez que não houve reclamações. Alguém quer intervir sobre este ponto? Isto é tácito, é só dar legalidade. -----

-----Vamos proceder à votação. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.5 Outros Assuntos.** -----

-----Sobre outros assuntos tenho a informar que, e também de acordo com o meu compromisso que assumimos na reunião de conferência de líderes, tenho a resposta da ACISM relativamente à questão que o Senhor Engenheiro Amaro aqui trouxe na qualidade de público, isto foi reenviado à Assembleia Municipal, na medida em que nós somos os porta-vozes, os interlocutores directos. Diz assim: «Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Municipal de Mogadouro-----
-----Mogadouro, 29 de Outubro de 2008 -----
-----Na sequência do pedido de informação dirigido por V. Exa. a esta Associação informamos o seguinte: -----
-----Em primeiro lugar lamentamos a ocorrência deste incidente, tendo no entanto consciência de que em nada contribuímos para o facto. -----
-----Relativamente aos factos apresentados pelo Senhor Domingos Alfredo Fernandes Amaro discordamos completamente e explicamos porquê. -----
-----O espaço em causa já tinha sido por nós vendido quando fomos abordados pela Comissão de Festas de Santa Ana que manifestaram intenção de vender caipirinhas. Foi possível disponibilizar o espaço, tendo nessa altura negociado com a Comissão de Festas o pagamento, conforme da ficha de inscrição existente no nosso arquivo. -----
-----Já durante a feira foi solicitado aos membros da Associação a possibilidade de cedência gratuita dos espaços por se tratar de uma Comissão de Festas. -----
-----Entendeu a Associação que não deveria ceder gratuitamente o espaço, em primeiro lugar porque tinha sido negociado o preço com a Comissão de Festas cinquenta euros mais barato do que tinha sido vendido inicialmente. Por outro lado entendeu a Associação que o preço seria acessível e permitiria à Comissão de Festas de Santa Ana obter alguma receita tal como era espectável pelas outras pessoas que exploraram espaços iguais. -----
-----Não conseguimos descortinar nesta nossa atitude o mínimo de injustiça ou imoralidade que seja. -----
-----Injustiça seria sim, se por ventura nós cedêssemos gratuitamente o espaço a qualquer entidade, obrigando os associados a efectuar o pagamento de espaço idêntico. Injusto seria se nós cedêssemos gratuitamente o espaço à Comissão de Festas de Santa Ana e depois recusássemos o mesmo direito a outras Comissões de Festas das nossas aldeias, também elas constituídas por jovens do nosso Concelho. -----
-----O Senhor Domingos Amaro, tem com certeza o direito de pensar que a Associação deveria fazer o papel de Santa Casa da Misericórdia, no entanto tal não está previsto nos estatutos desta Associação. -----
-----Resta-nos ainda comentar que não temos conhecimento, nem a certeza de que a opinião de toda a Comissão de Festas de Santa Ana seja coincidente com a do Senhor Domingos Amaro. -----
-----A direcção da Associação orgulha-se da colaboração que tem dado e recebido, quer das Comissões de Festas locais, quer de outras entidades na realização de iniciativas integradas na Feira dos Gorazes e fora dela. -

-----Pelas razões expostas entendemos que carecem fundamento, as críticas que nos são feitas pelo Senhor Domingos Amaro, pelo que damos este assunto por encerrado, colocando-nos, contudo, à inteira disposição do Senhor Presidente para eventuais esclarecimentos adicionais que V. Exa. julgue necessários». -----

-----Devo dizer que uma cópia deste ofício foi de imediato entregue ao Senhor Engenheiro Domingos Amaro. -----

-----Outra questão que penso que todos receberam foi o voto de protesto do Departamento de Gestão das Áreas Classificadas do Norte relativamente àquela Moção que nós apresentamos e que acho que tiveram a sensibilidade democrática para nos responder e pedir desculpa. Toda a gente recebeu isto. -----

-----Outra questão é uma Moção que foi apresentada pela Assembleia Municipal de Valença que diz respeito aos Senhores Presidentes de Junta. Penso também que toda a gente recebeu. Se alguém quiser dizer alguma coisa sobre o assunto, muito bem, se não acho que nos devemos associar a ela porque de facto é um desprestígio para os Presidentes de Junta a aprovação de uma Lei que em princípio os inibe de participarem nas Assembleias Intermunicipais. (O Senhor Presidente da Assembleia foi interrompido pelo Senhor Deputado Luís Tibério). -----

► **LUÍS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ assunto idêntico se passou aqui, nós aprovámos aqui a adesão à Comunidade Intermunicipal da NUT3 e nenhum Presidente da Junta se manifestou, é um assunto semelhante ou idêntico. Nós convocámos uma Assembleia Extraordinária para discutir e deliberar a adesão do Município à Comunidade Intermunicipal da NUT3, e nessa altura nenhum Presidente da Junta aqui se manifestou pelo facto de não pertencer, ou não poder eleger, ou ser eleito para tal. É descabida qualquer tomada de posição nossa a algo que lhe diz respeito a eles quando não o fizemos em relação a nós”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** no uso da palavra disse: “naturalmente os Senhores Presidentes de Junta leram isto agirão em conformidade se o entenderem, se não entenderem...”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “agradecer ao Senhor Presidente da Câmara os votos de Boas Festas que aqui formulou e que me chegaram também por escrito na abertura desta sessão. -----

-----Queria corroborar a opinião do Deputado Tibério, a ele não lhe chegaram os documentos e a mim não me chegaram alguns documentos, que o deixei aqui expresso ao princípio. (O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e perguntou: quais?) Eu disse logo ao princípio que só me tinham chegado algumas actas das reuniões do Executivo. (O Senhor Presidente voltou a interromper e disse: nós ainda não recebemos as outras.) Eu estou a pedir-lhe que transmita à Câmara, não posso falar com a Câmara, o Senhor é que pode. --

-----Quanto ao orçamento eu não me meto por esses caminhos ou veredas,

o Moreno é que percebe dessas avenidas, mas há um comentário que me é suscitado é que de facto quando eu ouvi os Senhores Presidentes das Juntas, concretamente o de Bruçó e o de Ventoselo falar em sentirem-se discriminados, digo assim: lá estão os da oposição a chatear, mas depois ouvi o meu amigo Manuel Preto, também a dizer qualquer coisa. O que é que isto releva, releva uma coisa muito simples, releva da falta de critério nas atribuições. Foi um assunto que eu me recordo de já ter tratado aqui pelo menos uma ou duas vezes, noutras sessões iguais a estas, paralelas. Porquê? Se há critério aplica-se o critério, se não há critério tem que ser (?), e então esbarramos com esta questão muito grave. O Senhor Presidente da Câmara converteu-se nos últimos três meses, passou de céptico a crédulo, porque duvidava dos investimentos em estradas do Governo Central, não sei se agora continua a duvidar, mas pelo menos disse que não, que acreditava nelas, mas duvida não tem sobre os investimentos do poder local, quanto às de Tó Senhor Presidente da Junta esteja descansado o Senhor Presidente da Câmara já disse que eram feitas, portanto quanto a essas não tenhamos dúvidas. -----

-----Desejar bom ano apesar do mau orçamento. Esperar que para o ano já seja outro Executivo com outros elementos a apresentar outro orçamento e desejar a todos bom apetite para o almoço”. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “queria alertar aqui a Câmara de dois ou três assuntos que acho que devem ser rectificadas, é uma placa entre Ventoselo e Vilarinho, na estrada, que está caída numa passagem de um caminho. -----

-----É a paragem cá em cima do autocarro ao cruzamento que está vandalizada e parece mal. -----

-----Depois é à entrada desde o cruzamento de Ventoselo até cá em cima, do lado esquerdo conforme se vai para Ventoselo está ali uma lixeira, eu por acaso nunca lá apanhei ninguém a deitar lixo, agradecia à Câmara que mandasse retirar aquilo e depois terei que lá pôr uma placa para não deitarem lá outra vez lixo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

-----Temos um público presente que está referenciado e identificado e indicou o assunto que em princípio vai apresentar à mesa que é reforço da verba ao CAM. Eu dava-lhe a palavra se o Senhor quisesse expor aqui à mesa aquilo que entender dentro de 5 minutos, se precisar mais um ou outro está bem, é só para nós tomarmos conhecimento”. -----

► **MAURICIO TRIGO** usou da palavra e disse: “o que eu queria deixar claro é que o nosso objectivo quando trouxemos este assunto à Assembleia era ampliar um pouco o nível de discussão desse assunto, que ao nosso ponto de vista, era um assunto que merecia (?). Nós já tivemos esta

iniciativa por diversas vezes junto ao Município e não conseguimos grandes soluções para isso, portanto nós ao trazermos o assunto para cá o objectivo é meramente ampliar as discussões, e confesso que fico muito contente, saio daqui muito contente porque conseguimos uma intervenção onde foi proposto uma reapreciação do que nós pedimos e nessa que eu considero a legítima representatividade do povo que é a Assembleia onde houve a maioria absoluta que votou com trinta e sete votos a favor para essa reapreciação, a menos que não haja uma democracia isso não vai ser analisado dessa forma. Portanto eu fico, como disse, contente ao sair daqui quando vejo que na verdade a maioria absoluta vota a favor da reapreciação desse valor. E já que vai ser reapreciado, com certeza, e tendo em conta que a maioria dos dois partidos, ou dos partidos aqui presentes votaram a favor só queria deixar algumas três ou quatro observações importantes para quando analisarem verificarem se realmente estamos aqui a falar algo em vão. Antes de tudo eu queria deixar claro que o Clube Académico de Mogadouro não quer ser mais do que qualquer outra Instituição local em termos de apoio Municipal e tem consciência daquilo que até hoje foi feito para ajudar na concretização dos nossos objectivos nomeadamente em relação aos apoios dados pelo Município; nós insistimos sim em salientar que é importante uma maior atenção e uma melhor distribuição visto que os 13,5% do apoio financeiro dado pelo Município ao orçamento total do Clube Académico de Mogadouro além dos transportes para esta época ficaram muito aquém das nossas possibilidades apesar de todo o nosso esforço. Deixar aqui algumas considerações em relação a alguns tópicos. --

-----1º Em relação à política de contratações – é adoptado hoje na alta competição, não só em Portugal mas em todo o mundo, a mesma política de reforços de estrangeiros nos clubes de futebol de onze, em selecções nacionais com as devidas naturalizações, e em FUTSAL não poderia ser diferente. Clubes como por exemplo o Fundão, Freixieiro, Fundação Jorge Antunes e Belenenses, esses últimos dois ocupam os primeiros lugares na Liga Nacional de FUTSAL e outros que utilizam essa mesma política de contratação, os nossos únicos dois reforços dessa época que são da Liga de Ouro do Brasil, onde em duzentos milhões de habitantes, duzentos integram a Liga Nacional Brasileira, dois desses estão cá em Mogadouro a lutar pela nossa camisola, um deles é considerado o melhor guarda-redes avançado dessa época e o outro está cotado como o segundo melhor artilheiro de Portugal a um golo de cardinal, que é o atleta que integra a Selecção Nacional Portuguesa, portanto não são contratações aleatórias. ---

-----Quanto a jogadores locais temos uma camada de juniores de formação com 90% de jogadores locais, quando digo 90% de jogadores locais digo Concelho de Mogadouro, e estamos em primeiro lugar no Campeonato Distrital com record de melhor ataque, melhor defesa de todo o Distrito de Bragança. Sem dúvida com o título de campeã esta equipa irá

representar o Distrito na prova Nacional de modalidade ao fim da época de 2009. Nos Seniores somos a única equipa com o maior número de atletas com formação local dentro da nova Lei do grupo dos cinco exigido pela Federação Portuguesa de Futebol, quando digo formação local, digo formados pelo Clube Académico, e a Federação diz que formação local deverá ser de todo o País, nós temos a formação em Mogadouro. Somos uma equipa que mais Atletas convocados tem na Selecção Distrital de SUB20, diga-se que na Selecção não podem constar jogadores que não sejam Nacionais e que tenham residência no nosso Distrito. -----

-----Para vosso conhecimento estamos apurados para a (?) juntamente com três equipas de todo o País, Associação de Lisboa, Porto, Leiria e Mogadouro. -----

-----Falar um pouquinho da repercussão que considero positiva em relação ao trabalho. Quando se fala de Desporto? Fala-se de Cultura, fala-se de Saúde, Desporto também faz parte do que deve ser inserido dentro da programação do ano. Mogadouro através do Clube tem ocupado imenso tempo de antena, em comentários, quer seja em televisão, internet, rádios regionais e nacionais, nos jornais, todos os fins-de-semana, não é um fim-de-semana, são todos os fins-de-semana, a SIC fará uma transmissão ao vivo e tem pretensão disso em directo do nosso pavilhão do jogo contra o Benfica, além de sermos acompanhados pela mesma estação televisiva em outros jogos que cobrem oficialmente o campeonato do FUTSAGRES, trazemos a cada quinze dias autocarros dos quatro cantos do País, que com os seus atletas, dirigentes e acompanhantes movimentam a hotelaria, a restauração e o comércio local durante todo o ano desportivo, não é um fim-de-semana. -----

-----Em relação a adesão da comunidade basta frequentar o pavilhão nos dias de jogos para ver que os lugares são disputados palmo a palmo sentados ou de pé, e quanto a isso nós temos a alta representatividade do Município dentro do pavilhão. -----

-----O Clube Académico de Mogadouro já não é um grupo de escola, já ultrapassou todos os escalões distritais, já superou todos os escalões nacionais, hoje milita no escalão máximo da modalidade, o que não é só um sonho concretizado, mas é também um motivo de orgulho para todos os Mogadourenses. -----

-----Quanto ao reconhecimento da representatividade a nível internacional, o Clube Académico de Mogadouro recebeu da Federação Mentora Internacional da campanha FUTSAL Olímpico a credencial para a representatividade Portuguesa na campanha do FUTSAL como modalidade Olímpica Mundial, está aqui mandado pelo Comité Olímpico Internacional, já agora uma camisa também que foi impressa com 30 unidades para ser entregue aos nossos jogadores em dias de jogos importantes onde o nome Mogadouro e a bandeira Portuguesa não foi impressa em território nacional, esse nome Mogadouro e a bandeira Portuguesa integra um

actividade a nível Internacional de colocação do FUTSAL como modalidade Olímpica. Com isso Mogadouro ultrapassa as fronteiras Nacionais e é reportado no mundo como membro efectivo da campanha alusiva para esse efeito. -----

-----Uma conclusão breve é que nós somos uma equipa que compete, nós não somos, peço perdão, uma equipa que compete apenas com outras equipas, os Senhores hão-de concordar comigo que nós somos uma equipa que jogamos contra a interioridade, com a falta de acessibilidade, com a desertificação, com a distância geográfica e infelizmente jogamos também contra a arbitragem que querendo fazer vingar a política centralizadora de equipas do Litoral passa a ser mais um adversário em campo, e muitas vezes manipula sem escrúpulos as suas decisões. Por todos estes motivos é que precisamos mais do que nunca de um Município aliado, nós não viemos aqui para contestar, ou discutir, ou obrigar, nós precisamos sim de um Município aliado, de um apoio mais significativo para que possamos somar forças e não deixar passar mais esta oportunidade de podermos mostrar o nosso valor, sem correremos o risco de termos que abandonar uma prova pela insustentabilidade financeira desse projecto; aliado no mesmo propósito convido-os a reafirmar os valores da nossa equipa a toda a nação, mostrar que somos Transmontanos e que somos vencedores apesar de todas essas dificuldades. E é por isso que nós contamos com vocês”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “tomámos conhecimento. -----

-----Esgotado o período de intervenção do público dou por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que proceda à leitura da Acta em minuta”. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às treze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta acta é constituída por 21.458 palavras, distribuídas por 49 páginas e 1982 linhas